

Da macroeconomia clássica à macroeconomia keynesiana

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Versão revisada em maio de 1976 de apostila
publicada originalmente em abril de 1968 abril, “Da
microeconomia à macroeconomia keynesiana”.

I. Da micro à macroeconomia	3
A Abordagem Macroeconômica	8
II. Macroeconomia clássica	9
A Lei de Say	11
A Teoria Quantitativa da Moeda	12
A Determinação da Renda e dos Preços	14
A Determinação dos Salários	15
O Pleno Emprego	17
Investimento e Poupança	17
Resumo Gráfico	18
III. A contribuição de Keynes	22
John Maynard Keynes	24
IV. A Teoria Geral de Keynes	28
Depois da Teoria Geral	33
V. Os precursores da Teoria Geral	35
Os economistas suecos	35
Os precursores do subconsumo	37
VI. Conclusão e resumo	39
Apêndice: Abreviaturas usadas	41

A Economia Política é a ciência social que estuda o comportamento do homem no processo de produção, circulação e distribuição de bens escassos. Sua preocupação está em saber como se produz um excedente econômico e como essa produção que excede o consumo de subsistência é apropriado e dividido pelos diversos grupos sociais.

Dentro da Economia Política podemos distinguir algumas áreas de estudo principais: a História Econômica, a História do Pensamento Econômico, a Economia Aplicada, a Análise ou Teoria Econômica e a Política Econômica. As duas primeiras áreas, História Econômica e História do Pensamento Econômico, são definidas pelos próprios nomes. Na primeira estudamos de um ponto de vista histórico o processo econômico dos países e regiões, e na segunda examinamos o desenvolvimento das doutrinas e da análise econômica, através do pensamento dos grandes economistas. Por Economia Aplicada entendemos os estudos de caráter econômico que são realizados de um determinado país, de uma determinada região, de um determinado setor industrial, agrícola ou comercial, ou mesmo de uma determinada empresa. Estudos, por exemplo, sobre a Economia Brasileira, ou sobre a produção de algodão no mundo, ou sobre a inflação na América Latina. Chamamos de Economia Aplicada, porque esses estudos são sempre realizados através da aplicação, em maior ou menor grau, da Análise ou Teoria Econômica.

A Análise Econômica é a parte central da Economia, que lhe garante o caráter de ciência. Importa no estudo das relações básicas que se estabelecem entre as diversas variáveis

econômicas, no sentido de determinar a produção e a distribuição de bens. A teoria econômica ortodoxa¹ possui dois ramos centrais: a Microeconomia, na qual a análise de funcionamento geral da economia é realizada através do exame do comportamento dos agentes econômicos individuais - os consumidores e os produtores, e a Macroeconomia, que realiza essa mesma análise, partindo do estudo de agregados econômicos, como a renda, o consumo, e o investimento agregados. Temos ainda, dentro da Análise Econômica, a Teoria da Moeda e do Crédito, e a Teoria das Finanças Públicas, que depois de Keynes tornaram-se subsidiária à Macroeconomia; a Teoria do Desenvolvimento Econômico, que é uma abordagem dinâmica e geralmente com maior atenção às teorias - sociológicas, da Macroeconomia; e finalmente a Teoria do Comércio Internacional, ainda apoiada principalmente na discussão sobre a lei dos custos ou vantagens comparativas.

Finalmente, a Política Econômica, que teve seu grande momento a partir da obra revolucionária de Keynes no campo de Macroeconomia, implica no estudo das medidas de intervenção do governo na economia, visando o pleno emprego, o maior desenvolvimento econômico, a estabilidade monetária e a melhor distribuição da renda. Quando pensada em termos de longo prazo, e acompanhada de um sistema administrativo para executá-la, a Política Econômica transforma-se em Planejamento Econômico.

Ao definirmos Economia ou Economia Política dissemos que se trata de uma ciência social. Este fato evidente, já que a Economia tem como objeto o comportamento humano, é, todavia, facilmente esquecido ou pelo menos relegado a um segundo plano injustificável. Sem dúvida, a Economia preocupa-se apenas com o comportamento econômico do homem. Só lhe interessam as atividades desempenhadas pelo homem no sentido de produzir, distribuir e consumir recursos escassos, ou seja, bens econômicos. Mas, embora limitando-se apenas à análise deste tipo de comportamento, e às suas implicações na produção da renda e na sua repartição, a Economia é ainda e sempre uma ciência social. A Análise Econômica parte, portanto, sempre, de pressupostos a respeito do comportamento humano. O fato de estes pressupostos serem geralmente simplificadores em excesso do comportamento, como é o caso do *homo economicus*, racional, onisciente em suas ações no mercado, procurando sempre maximizar seus lucros, é sem dúvida uma limitação da Análise Econômica. O mesmo se diga para o fato de a Análise Econômica raramente levar em consideração o comportamento humano em termos sociológicos. O homem é quase sempre visto individualmente, agindo sempre de forma racional, com completa independência dos grupos e classes sociais em que de fato está inserido.

Estas são sem dúvida limitações importantes da Análise Econômica. E há outros tipos de limitação fundamentalmente, limitações de ordem ideológica e histórica, que fazem da Economia, não obstante toda a sua grande aspiração à universalidade, uma ciência ideológica, histórica e geograficamente condicionada. Ela está na dependência dos interesses políticos e econômicos das classes sociais a que pertenciam os economistas que a formularam. Ela só pode ser compreendida em função dos momentos históricos e dos países em que ela foi concebida.

¹ Entendemos por teoria econômica ortodoxa a teoria econômica clássica, neoclássica e até certo ponto a teoria econômica keynesiana. A esta teoria ortodoxa opõem-se as teorias econômicas críticas do sistema capitalista: a marxista, a neo-keynesiana-neo-marxista, e as diversas formas do que se revestiu a teoria estruturalista latino-americana.

Por outro lado, o objeto fundamental da Economia Política muitas vezes deixa de ser a produção global para concentrar-se sobre o excedente econômico, ou seja, sobre aquela parte do produto que excede o consumo socialmente necessário. A Economia Política está fundamentalmente interessada nos mecanismos que garantem, dentro do sistema capitalista, a apropriação desse excedente pelos capitalistas e forma pela qual eles o dividem entre si. Este fato torna a Economia eminentemente política. A partir dessa constatação todas as veleidades de neutralidade ideológica da Teoria Econômica vão por terra.

Não obstante, e talvez exatamente devido aos pressupostos simplificadores de que a ciência econômica adotou, alcançou ela um grau de desenvolvimento, de sofisticação analítica e de precisão notáveis. Toda a estrutura básica da Teoria Econômica pôde inclusive ser reduzida a modelos matemáticos, os quais, ainda que algumas vezes violentem a realidade muito mais complexa que pretendem traduzir, permitem, em contrapartida, uma visão do processo econômico muito mais clara e precisa.

I. Da micro à macroeconomia

Este grande desenvolvimento da Análise Econômica, porém, não impediu que a mesma se dividisse em dois ramos principais, a Micro e a Macroeconomia, os quais, até hoje, não foram satisfatoriamente coordenados.

A Microeconomia tem sua origem nos autores clássicos e ganhou grande desenvolvimento com o surgimento da teoria da utilidade - marginal, na segunda metade do Século XIX. Depois da síntese clássica - realizada por John Stuart Mill da obra dos grandes economistas anteriores, de Cantillon, Adam Smith, Quesnay, Turgot, Say, Ricardo, Malthus, Senior e James Mill, para nos limitarmos aos principais nomes, a Economia Política entrará em um ponto morto, agravado pela crítica impiedosa de Marx, baseada na teoria do valor trabalho, adotado pela Escola Clássica.

Surge, então, através da obra de Stanley Jevens na Inglaterra, de Leon Walras na França e de Karl Menger, na Áustria, a teoria do valor subjetivo, baseado no conceito de utilidade marginal, que vem representar uma revolução na teoria econômica. Com esta teoria, os economistas capitalistas, que agora passam a chamar-se neoclássicos, resolviam, a seu ver de modo satisfatório, não só o problema ideológico gravíssimo, criado pela teoria marxista da exploração, como também, logravam unificar a teoria econômica da produção e da distribuição da renda, feito que os economistas clássicos não haviam conseguido realizar. No fim do Século XIX temos então um grande número de economistas neoclássicos que contribuíram para o desenvolvimento da teoria econômica ortodoxa. Para nos limitarmos aos principais, citaríamos apenas Bohm-Bawerk e Friedrich Wieser na Áustria, Edgworth, Wicksteed, Pigou, Hicks, na Inglaterra, Pareto e Pantaleoni, na Itália, Wicksell, na Suécia e Clark e Fischer nos Estados Unidos. O economista central desta época, porém, que iria ser responsável pela grande síntese neoclássica, assim como Stuart Mill fora responsável pela síntese clássica, é Alfred Marshall, na Inglaterra. Marshall, além de trazer contribuições originais para a Economia, realiza sua grande síntese, contida nos *Principles of Economics* (1890), usando não só da contribuição de uma parte dos economistas já citados, mas também de dois economistas clássicos franceses e de um alemão, respectivamente Cournot, Dupuit e Van Thunen, que escreveram na primeira metade do Século XIX. O Resultado desta síntese encontra-se fundamentalmente nos livros V e VI de seus *Principles*, que iriam constituir o centro da Microeconomia, nos termos em que ela é até hoje ensinada.

Estamos realizando esta abordagem da Economia sob um enfoque histórico, porque, fora desta perspectiva, parece-nos totalmente artificial e vazia qualquer tentativa de distinguir e analisar os diversos ramos em que esta ciência se subdividir, na medida em que ia se desenvolvendo e ganhando complexidade.

O Campo da Microeconomia

A Teoria Econômica Neoclássica, que dominou o pensamento econômico até os anos trinta deste século, possuía um enfoque essencialmente microeconômico. Fruto de uma filosofia e de uma estrutura econômica de bases estritamente individualistas construiu todo o seu arcabouço teórico através do estudo do comportamento dos indivíduos em suas duas atividades econômicas básicas: a de produzir e a de consumir. Realmente a Microeconomia, que é o resultado direto do pensamento clássico e neoclássico, recebe este nome porque parte sempre dos dois agentes econômicos privados básicos: os consumidores e os produtores. Mas é importante salientar que a Microeconomia não se limita, em absoluto, a realizar a análise do comportamento dos consumidores e dos produtores. Microeconomia não se confunde com o estudo dos agentes econômicos individuais. A Microeconomia parte, sem dúvida, da análise desse comportamento, mas sempre com o objetivo de lograr uma compreensão do funcionamento do sistema econômico como um todo. Tratando-se de uma teoria basicamente estática, em que o fator tempo é levado em consideração muito superficialmente, sua preocupação fundamental é a de definir as condições do equilíbrio geral da economia.

A Microeconomia é também chamada Teoria dos Preços porque o mecanismo básico de coordenação entre consumidores e produtores, dentro de uma economia de mercado (ao contrário de uma economia administrada), é o preço. Desde que estabeleçamos a forma pela qual é determinado o preço no mercado, teremos compreendido o processo de funcionamento do sistema capitalista.

Nestas condições, a Microeconomia é basicamente um estudo da oferta, pela qual são responsáveis os produtores, e da procura, a qual, em última análise, depende do comportamento dos consumidores. A teoria do consumidor tem por base a teoria da utilidade marginal; a teoria da produção inicia-se com a lei dos rendimentos decrescentes e o estudo dos custos e da receita das empresas. Em seguida, através de dois conceitos básicos - o de custo e o de receita marginal - chega-se à determinação da oferta e concomitantemente, à determinação do preço (já que para o estudo da receita já fora previsto levar em consideração a procura). Os preços, assim estabelecidos, vão determinar, automaticamente, a quantidade a ser produzida de cada mercadoria, de forma a se obter um equilíbrio geral, com satisfação máxima para consumidores e produtores. Por outro lado, no processo de produzir, as empresas, ou, mais genericamente, os produtores vão empregar fatores de produção; trabalho, capital, recursos naturais. Dentro do mecanismo de mercado, a Microeconomia estuda então a oferta e a procura dos fatores de produção. A procura dos fatores é naturalmente determinada em termos gerais pela procura das mercadorias pelos compradores. Mais especificamente, usa-se a teoria da produtividade marginal - um conceito da teoria da produção - para explicar o problema. Chegamos assim à determinação da remuneração (preço) dos fatores de produção. Em outras palavras, partindo da teoria da produção chegamos à teoria da distribuição da renda, em termos de salários, juros, lucros, aluguéis. Além disso, ainda dentro da teoria da produção, a Microeconomia, através do mecanismo de preços acima descrito, estabelece a “alocação” ótima dos fatores de produção entre os diversos produtores e os diversos - produtos.

Toda essa análise é realizada partindo-se do pressuposto da existência de uma hipotética concorrência perfeita. Chega-se ao equilíbrio geral de toda a economia genialmente formulado por Walras. Consumidores maximizam sua satisfação, produtores maximizam seus lucros, o pleno emprego está garantido, os fatores de produção são alocados entre as diversas possíveis empresas de forma ótima, e dentro de cada empresa, são eles usados com a máxima eficiência.

Toda essa análise, que pode ser facilmente redutível a gráficos e funções matemáticas, pressupõe a concorrência perfeita: um grande número de compradores e de vendedores concorrendo, em termos de preço, na venda de produtos homogêneos e perfeitamente divisíveis, nenhum dos vendedores ou compradores sendo capaz, isoladamente (por serem todos pequenos relativamente ao mercado), de influenciar o mercado com sua política particular de preços.

Reconhece-se, todavia, que há outros tipos de mercado, além de concorrência perfeita: o monopólio, o oligopólio, a concorrência monopolista. Estuda-se então o problema do equilíbrio da empresa, da determinação de preço e da alocação dos recursos nesses tipos de mercado. Salvo no caso do monopólio, em que a análise é ainda um pouco mais extensa e precisa, nos demais casos a mesma deixa muito a desejar. Falta-lhe aquela precisão alcançada no caso da concorrência perfeita. E é claro que o equilíbrio geral, com otimização das satisfações de todos os agentes econômicos, não pode ser atingido.

Abstração e Alienação da Microeconomia

A análise microeconômica neoclássica, que se coloca no centro do pensamento dos economistas durante cerca de sessenta anos, e que até hoje é ensinada e discutida, veio representar um grande avanço e ao mesmo tempo um grande retrocesso da ciência econômica. Do ponto de vista positivo, a teoria da utilidade marginal torna mais fácil a unificação da teoria da distribuição e da produção. O conceito de marginalidade, que da utilidade marginal é logo estendido para os conceitos mais práticos e objetivos de receita marginal e produtividade marginal, permite um grande desenvolvimento da análise econômica. E esta análise, em grande parte ainda graças à idéia de marginalidade, sofre um grande impulso através da introdução de métodos de análise matemática.

Em contrapartida, a Microeconomia neoclássica, examinada sob outros pontos de vista, irá significar um retrocesso. Em primeiro lugar, a análise econômica chega a um tal ponto de abstração e sofisticação matemática, que perde contato com a realidade e deixa de efetivamente descrevê-la. Ao invés de analisar e explicar o funcionamento dos sistemas econômicos realmente existentes, a teoria econômica transformou-se em algo semelhante a um método ou uma construção lógica. Não importa verificar se a concorrência perfeita existe, não vale a pena discutir se empresa, trabalhadores e consumidores efetivamente se comportam desta ou daquela maneira. O importante é construir um esquema conceitual lógico, que escapa ao campo das ciências substantivas, da análise do que é, para entrar no campo de um deve ser racionalizador. Schumpeter, que foi um economista altamente comprometido com a escola neoclássica, reconhece e defende esta posição ao declarar:

“Há, todavia, também um outro caminho para interpretar o nosso conhecimento conceitual, que é mais semelhante à Lógica. Se estabelecemos, por exemplo, que - sob determinadas condições - o lucro imediato de uma empresa será maximizado quando para um determinado produto o custo marginal se iguala à receita marginal (esta última igualando-se ao preço, no caso de concorrência pura) é-me lícito dizer que estou formulando a lógica da situação de um

resultado que é verdadeiro, se for uma regra de lógica geral, independentemente de alguém agir, ou não, sempre em conformidade com ela. Tal fato significa que há uma classe de teoremas econômicos que são normas ou ideais lógicos (não, porém, éticos ou políticos). E que, evidentemente, diferem de outra classe de teoremas econômicos que se baseiam diretamente na observação, como, por exemplo, o que afirma que a expectativa a respeito de aumento das oportunidades de emprego afeta os gastos dos operários com bens de consumo”.²

Ora, toda ênfase da análise microeconômica foi dada àquele primeiro tipo de teoremas econômicos. A teoria econômica transformou-se assim em um complexo e sofisticado modelo, freqüentemente exposto em termos matemáticos, que só podia ser compreendido por economistas capazes e treinados. Perdeu, todavia, interesse para os homens práticos, para os políticos, para os responsáveis pela política econômica dos países. Estes, especialmente, viam-se freqüentemente com seus problemas multiplicados, porque a análise econômica - não só os ajudava na formulação de sua política econômica, já que em última análise reduzia suas recomendações ao *laissez-faire*, mas, só lhes criava problemas. Isto porque, quando sua intuição ou sua experiência ditavam que era necessária esta ou aquela política econômica, logo surgiam as críticas, baseadas na análise microeconômica.

Dentro dessa linha, a ciência econômica muda inclusive de nome. Seu nome, desde o Século XVII, era Economia Política. Todos os clássicos o usaram. Embora pudesse merecer críticas, este nome marcava bem a preocupação da economia com o geral, com o sistema econômico como um todo, e ainda salientava o total compromisso desta ciência com o mundo real e com as formas de intervir “politicamente” no mesmo. A economia era política porque estava indissoluvelmente associada ao comportamento dos governos e dos indivíduos no sentido de alcançar os objetivos econômicos dos seus respectivos países. As novas tendências, abstratas e alienadas da teoria econômica, não se adaptavam mais ao título Economia Política. Marshall, não obstante tivesse uma visão social e política superior à dos economistas de seu tempo, foi o primeiro a sugerir a mudança para um nome mais amplo e mais neutro: Economia³ (*Economics*, em inglês, distinguindo-se de *economy*, que significa o sistema econômico real; em português não foi possível essa distinção). A antiga Economia Política, agora com seu nome mudado, podia pretender foros de ciência pura. Não era mais necessário confundir a ciência e a arte econômica. A Economia era uma ciência pura, podendo, sem dúvida, sua análise ser útil para a Política Econômica. Esta seria dominada por juízos de valor, por objetivos a serem atingidos, enquanto que a economia permaneceria no Olimpo da Ciência pura.

O caráter ideológico da microeconomia

O curioso, porém, é que talvez a Economia ou Economia Política nunca fora mais condicionada por juízos de valor como então. Cobria-se, então, de uma carapaça científica respeitável, mas basta citarmos dois fatos para demonstrar o profundo sentido ideológico da economia neoclássica. Em primeiro lugar, sabemos que a base da revolução marginalista ou neoclássica foi a teoria do valor subjetivo, baseado na utilidade marginal. Ora, esta teoria possui, sem dúvida, méritos. Não vamos agora discuti-los. É inegável, porém, que seu

² Joseph Schumpeter, *História da Análise Econômica* (primeira edição, em inglês, 1959), Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, USAID, 1964, Vol. I: 39.

³ Alfred Marshall, *Principles of Economics* (primeira edição, 1980). Nova York: MacMillan, 1952: 43.

surgimento está intimamente ligado à situação incômoda, do ponto de vista ideológico, em que Marx havia colocado o capitalismo, apoiando-se na teoria clássica do valor trabalho.

Outro exemplo do caráter ideológico da microeconomia nos é dado pela ênfase que é concedida à concorrência perfeita. Na verdade, toda a análise é nela baseada, tendo como coroamento a teoria (talvez fosse mais adequado dizer visão) do equilíbrio geral. Não importa que a concorrência perfeita seja uma pura abstração, que não tenha nenhuma relação com a realidade. Isto sequer é discutido. Afinal ninguém está afirmando que a concorrência perfeita existe ou não. O que se está fazendo é uma simples hipótese: se prevalecerem as condições da concorrência perfeita, as conseqüências serão estas e mais aquelas. Mas, perguntaríamos, por que construir toda uma complexa teoria sobre hipóteses que sabemos não serem verdadeiras? A concorrência perfeita pode existir eventual e transitoriamente em um ou outro setor da economia, mas, na maioria absoluta dos casos, o oligopólio ou a concorrência monopolística são a forma dominante de mercado. Tratar-se-á, por acaso, de um simples exercício intelectual? Não, trata-se, antes de qualquer coisa, de uma genial justificação do Capitalismo e das economias de mercado. A hipótese da concorrência perfeita é tantas e tantas vezes repetida, que passa para a categoria das idéias implícitas. E desta categoria para transforma-se em algo de real e característico das economias capitalistas, é um passo. Para isto, não é preciso afirmar explicitamente que a concorrência perfeita é a forma de mercado dominante, muito menos única. Basta, simplesmente, concluir ou pelo menos sugerir que as economias capitalistas possuem as qualidades de eficiência e correta distribuição da renda, que a concorrência perfeita assegura. Nos termos de Gunnar Myrdall,

“a 'livre concorrência', em bases lógicas e reais, torna-se mais do que uma série de suposições abstratas, usadas como instrumento na análise das relações causais de fatos. Converte-se em um *desideratum* político”.⁴

Em outras palavras, um modelo abstrato, como é a concorrência perfeita, criado por motivos evidentemente ideológicos, sofreu, imediatamente, um processo de retificação, foi transformado em realidade.

Poderíamos citar outros exemplos do sentido ideológico da Microeconomia neoclássica. Os dois acima enumerados, porém, parecem-nos suficientemente expressivos. A Economia Política, embora perdendo esse nome, continuava essencialmente política em seus fundamentos.

A economia clássica de Smith e de Ricardo também fora profundamente condicionada por fatores de ordem ideológica. Havia, porém, uma grande diferença. O caráter ideológico da Economia Política clássica tinha um caráter essencialmente revolucionário. Era a expressão viva e palpitante da emergência da burguesia industrial. Assestava suas armas contra instituições obsoletas, como a política intervencionista e monopolista do mercantilismo, ou contra classes sociais que estavam emperrando o desenvolvimento industrial, como a dos senhores de terras. Enquanto isto, a Microeconomia neoclássica era fruto de uma ideologia essencialmente conservadora e imobilista. O capitalismo já se havia consolidado economicamente; a burguesia assumira o poder político; agora viam-se ambos sob o ataque das novas correntes socialistas. A teoria econômica neoclássica surge assim como um excelente instrumento de defesa da ordem estabelecida.

⁴ Gunnar Myrdal, *Aspectos Políticos da Teoria Econômica* (primeira edição em sueco, 1932), Rio de Janeiro: Zahar, 1962: 24.

Não é, portanto, de espantar que a análise microeconômica fosse essencialmente estática e que a preocupação com o desenvolvimento econômico e o crescimento da riqueza das nações, que fora central para os clássicos, fosse quase completamente esquecido pelos neoclássicos. Da mesma forma, o caráter abstrato, alienado e não-operacional da Microeconomia torna-se perfeitamente compreensível. Todas essas características da teoria econômica neoclássica eram o fruto de uma sociedade que, depois de passar por uma extraordinária revolução econômica, social e política a partir da segunda metade do século anterior, chegara, no último quartel do século XIX a uma situação de estabilidade, com o crescimento da população, inclusive, começando a reduzir-se, e agora necessitava de uma teoria econômica conservadora.

A Abordagem Macroeconômica

A teoria econômica neoclássica permaneceu com sua posição indisputada entre os economistas ortodoxos capitalistas desde os anos setenta do século passado até os anos trinta deste século. O trabalho original da Escola Austríaca, de Jevons a Walras, este com sua extraordinária análise de equilíbrio geral, foi sendo burilado, precisado. Mas os economistas haviam desenvolvido uma estrutura teórica de tal forma sólida e coerente, dentro dos pressupostos em que se baseava, que se tornava extremamente difícil escapar àquela rede de malhas de aço. E, no entanto, para muitos, a teoria econômica não era insatisfatória. Seu caráter alienado da realidade ia se tornando cada vez mais evidente. A Economia Política abandonara sua missão de analisar o mundo econômico real, e transformara-se praticamente em um método de análise. Na medida, porém, em que a Economia abandonava as preocupações de descrever o processo econômico, e se transformava em uma espécie de lógica econômica, em que os fatos do mundo real estavam inseridos em termos de pressupostos também extremamente abstratos, genéricos e racionais, tornava-se extremamente difícil para um economista apresentar uma teoria alternativa, com bases na realidade e fornecendo elementos para modificá-la. O economista que o tentasse estaria ameaçado de ser rapidamente relegado para o submundo da Economia, perdendo o respeito de seus colegas.

Foi preciso que a grande depressão dos anos trinta destruísse as ilusões daquele mundo de Dr. Plangloss criado pelos economistas neoclássicos, e que surgisse uma economista genial como Keynes, que aliava um profundo conhecimento da teoria neoclássica a uma grande coragem, e uma enorme capacidade de análise teórica a uma vivência do mundo econômico e financeiro e a uma decidida intenção de encontrar meios de política econômica para nele intervir - foi preciso essa conjugação de fatores para que afinal a economia neoclássica entrasse em colapso.

Com Keynes a ênfase de Análise Econômica passa da Micro para a Macroeconomia. Ao invés de iniciar a análise partindo do comportamento dos agentes econômicos individuais - os produtores e os consumidores - Keynes faz a análise do processo econômico partindo de conceitos econômicos agregados; a renda nacional e seus componentes, o consumo, o investimento, as despesas do governo, as importações e as exportações. Todos os conceitos acima enumerados, assim como outros também estudados pela economia Keynesiana, como a poupança, os salários juros e lucros, são agregados. São o resultado da somatória da produção de todos os produtores, do consumo de todos os consumidores, dos investimentos de todos os investidores, e assim por diante. Por isso a Macroeconomia é às vezes chamada de Economia Agregada.

Isto não quer dizer, porém que foi Keynes quem “inventou” a Macroeconomia. Já havia uma Macroeconomia clássica e neoclássica. Apenas não era dada especial ênfase a ela, perdida que estava no meio da análise microeconômica. Qual era esta Macroeconomia contra a qual Keynes se levantou com tanto ardor, violência e sucesso, em sua *Teoria Geral*? Procuraremos, neste artigo, fazer uma exposição resumida da Macroeconomia Clássica.

Antes de iniciarmos esta exposição, devemos fazer uma ressalva. Da mesma forma que Keynes, não distinguiremos a Macroeconomia clássica da neoclássica. Chamaremos agora de clássicos tanto os clássicos propriamente ditos como os neoclássicos, tanto Adam Smith e Ricardo quanto Marshall e Walras. Na verdade, não faremos distinções entre eles. Por um processo de abstração que nos parece válido, nossa Macroeconomia clássica será um modelo que pretende representar as linhas gerais básicas do pensamento dos principais economistas anteriores a Keynes.

Keynes, em seus escritos, atacava especialmente, chamando de clássico, um economista marshalliano neoclássico seu contemporâneo - Pigou. A distinção entre clássicos e neoclássicos não é importante em Macroeconomia, enquanto que é fundamental em Microeconomia, porque a grande diferença entre as duas escolas está na teoria do valor. Enquanto que para a Escola Clássica a teoria do valor-trabalho era dominante, a Escola Neoclássica se definiu na medida em que adotou a teoria subjetiva do valor, baseada na utilidade marginal. Marshall ainda fez concessões a uma teoria do valor baseada no custo de produção, mas na utilidade marginal está realmente a tônica da Escola Neoclássica.

Ora, na Microeconomia a teoria do valor é o problema central, enquanto que para a Macroeconomia ele é secundário. Keynes pouco se preocupou com ele. Talvez percebesse o caráter metafísico e dogmático dessa teoria. Para a Microeconomia o problema do valor é fundamental porque se trata de uma teoria dos preços, e o que se pretende é que a teoria do valor dê a moldura, dê a explicação básica para o problema da determinação dos preços. Já para a Macroeconomia, a preocupação é com o nível geral de preços. O problema de determinação dos preços de cada mercadoria torna-se secundário. Explica-se, assim, a não existência de divergência básicas dos clássicos e neoclássicos em relação à Macroeconomia, e justifica-se que os coloquemos todos em um mesmo barco, que chamaremos de Macroeconomia Clássica, para depois compará-la com a Macroeconomia Keynesiana.

Finalmente devemos esclarecer que o emprego das expressões Micro e Macroeconomia são recentes. Só passaram a ser usadas quando, depois do surgimento da análise econômica agregada de Keynes, verificou-se a necessidade de contrapor esta análise à anterior, que partia dos agentes econômicos isolados. As expressões Micro e Macroeconomia surgiram assim e obtiveram rápida aceitação, porque traduziam, de forma neutra, duas abordagens teóricas da realidade econômica, as quais eram em parte complementares e em parte conflitantes.

II. Macroeconomia clássica

A Macroeconomia Clássica, como toda a teoria econômica clássica, parte do pressuposto fundamental de que o mundo econômico é governado por leis naturais, as quais, se forem deixadas a funcionar livremente, produzirão sempre os melhores resultados possíveis. Esta fé na “lei natural”, fruto do racionalismo dos séculos XVIII e XIX, não obstante seu caráter quase místico de crença e de mistério (afinal, o que há de mais misterioso e indefinido do que a “lei natural”?), tem bases ideológicas nítidas. Não vamos, porém, agora discuti-las. São por

demais conhecidas as relações do naturalismo com a emergência da burguesia e com seu interesse por uma política econômica baseada no *laissez-faire*.

Além deste pressuposto geral, a Macroeconomia clássica partia ainda de dois pressupostos importantes: o de que os preços e salários eram sempre flexíveis e o de que a moeda não era utilizada com fins de entesouramento. Estes dois pressupostos permitiam o desenvolvimento dos dois modelos centrais da Macroeconomia clássica: a “lei do mercado”, de Say, segundo a qual a oferta cria sua própria procura; a teoria quantitativa da moeda, que, partindo da equação de trocas, concluía que, sendo a velocidade da moeda constante, e dada uma determinada quantidade de moeda, a produção variava em relação inversa e proporcional aos preços. Além destes dois modelos, para equilibrar a poupança e o investimento, a Macroeconomia clássica fazia estas duas variáveis depender de taxa de juros, a qual era, por sua vez, determinada pela oferta de poupança e a procura de investimentos. O resultado de todo este processo era o pleno emprego no longo prazo, ou, o que dá no mesmo, a impossibilidade de haver crises de longa duração, indefinidas, de subconsumo ou superprodução. E assim, a conclusão exigida pela filosofia da lei natural ficava assegurada.

Examinaremos mais detidamente os elementos que acabamos de enumerar do modelo macroeconômico clássico.

O primeiro pressuposto, da existência de preços flexíveis, é importante para a Macroeconomia clássica, embora não absolutamente essencial. Veremos que este pressuposto permite a garantia do pleno emprego sem qualquer intervenção do governo. No momento em que uma queda momentânea na procura agregada levasse à redução da atividade econômica e ao desemprego, os salários (o preço do trabalho) seriam reduzidos, os preços das mercadorias produzidas com o respectivo trabalho cairiam, a procura aumentaria, a produção voltaria a aumentar, e o pleno emprego seria restabelecido.

O segundo pressuposto da Macroeconomia clássica é o de que a moeda não é utilizada para entesouramento. A moeda para os clássicos é uma unidade de conta e um meio de troca. Além de servir para se somarem mercadorias diferentes, a moeda é fundamentalmente um meio de troca. Os homens só teriam interesse em mantê-la em seu poder na medida em que dela necessitassem para realizar suas transações. Segundo os clássicos, portanto, existiria apenas um motivo para a procura de moeda: o motivo transacional. O outro possível uso do dinheiro, como um meio de reserva de ativos líquidos, e portanto seu conseqüente entesouramento, era considerado irracional. Conservando o dinheiro em forma líquida, nos bancos, sem que haja tomadores de empréstimos ou debaixo do colchão, o capitalista estaria perdendo os juros que poderia ganhar se houvesse aplicado seu dinheiro em ativos fixos ou em títulos. O entesouramento, portanto, era considerado inexistente.

A respeito da expressão “entesouramento” cumpre aqui um esclarecimento. Há economistas que limitam o uso deste termo para os casos em que os indivíduos guardam dinheiro em forma líquida dentro de sua casa, embaixo do colchão, em um cofre, escondido em qualquer parte, implicando, portanto, o entesouramento na retirada do dinheiro de circulação. Nós, porém, seguindo a tendência mais recente, estamos aqui usando o termo entesouramento em um sentido mais amplo, incluindo o dinheiro que mantemos em forma líquida nos bancos, em forma de depósitos à vista, além das nossas necessidades transacionais e de precaução. Nesses termos, o entesouramento identifica-se com a moeda resultante da procura especulativa de moeda de Keynes, que examinaremos mais adiante.

A Lei de Say

Os dois pressupostos que acabamos de examinar estão intimamente relacionados com o esquema teórico central da Macroeconomia clássica, consubstanciado na lei de Say. Jean Batiste Say foi o mais importante discípulo francês de Adam Smith. Era um defensor apaixonado do liberalismo, e marcou todo o desenvolvimento do pensamento econômico francês do século XIX. Publicou seu *Traité d'Economie Politique* em 1803, antes de virem à luz as duas obras fundamentais de Malthus e Ricardo. Com este último, Say manteve uma discussão acirrada, pois não aceitava sua teoria do valor-trabalho. Mas, curiosamente, a teoria de Say que o tornou famoso, a “lei do mercado”, ganhou bastante aceitação a partir do momento em que Ricardo a endossou.

A lei de Say, partindo do pressuposto de harmonia universal que existiria no sistema capitalista liberal, afirma que as crises de superprodução ou subconsumo são impossíveis, a não ser muito transitivamente, e no mais das vezes, setorialmente. Isto porque toda produção implica em uma remuneração que vai se transformar imediatamente em procura. As pessoas não produzem e oferecem suas mercadorias no mercado pelo simples prazer de fazê-lo. Elas têm em mira produzir para, com isso, obter recursos que lhes permitiam comprar outros bens (de consumo ou investimento) que desejam. Quando a produção aumenta, ou seja, quando a oferta aumenta, a procura também aumenta concomitantemente. Em outras palavras, a oferta cria sua própria procura. A economia de mercado possuiria assim um mecanismo de controle automático, que a levaria sempre para o equilíbrio, tornando a superprodução geral impensável. Desequilíbrios setoriais poderiam ocorrer com frequência, quando, por exemplo, os produtores de um determinado artigo superestimassem sua procura, mas tais desequilíbrios seriam rapidamente corrigidos pelo mecanismo dos preços.

A lei de Say guarda uma certa correlação com a identidade fundamental existente, no campo da contabilidade social, entre produto agregado e despesa agregada. A despesa é sempre idêntica ao produto. A Despesa Nacional Bruta, por exemplo, é idêntica ao Produto Nacional Bruto. A única diferença é que no primeiro caso, examinamos o fenômeno em termos de consumo e investimento (despesa), enquanto que no segundo caso, o problema é visto em termos do valor adicionado dos diversos setores da economia (produto). Tudo o que é produzido é consumido ou investido, incluindo-se a variação de estoque. A analogia, portanto, com a lei de Say é clara. É perigosa, todavia, porque a lei de Say, pelo menos nos termos em que ela foi interpretada pelos economistas clássicos, não é uma simples identidade contábil. Ela expressa uma relação subjetiva entre a oferta e a procura agregada. A oferta (produto) só tem sentido se seus produtores pretenderem com ela constituir a procura agregada (despesa) consumindo e investindo. Nesses termos, o problema perde o caráter de uma identidade estática. Se houver desemprego, por alguma razão acidental e passageira, os produtores terão condições de aumentar sua produção. Fazendo-o, aumentarão sua procura automaticamente, até o ponto do pelo emprego. Nesses termos, a lei de Say não é uma simples identidade contábil.

Say desenvolveu sua lei tendo em vista uma economia de trocas. Mas imediatamente estendeu-se às economias monetárias. A intervenção da moeda, a seu ver e no entendimento dos demais autores clássicos, não traria qualquer dificuldade para o funcionamento da lei. Isto porque, conforme já vimos, quando analisamos os pressupostos da Macroeconomia clássica, a moeda seria um simples meio de troca. Não seria usada como um meio de reserva de valor, não seria entesourada. Conservar moeda disponível implicaria em uma desutilidade, em deixar de receber a taxa de juros correspondente àquele dinheiro. Ora, uma desutilidade não remunerada seria incompatível com a teoria do valor baseada na utilidade marginal. E assim,

na medida em que todo o dinheiro recebido fosse imediatamente gasto, ficava assegurado o funcionamento da lei de Say.

Através da ampliação da lei de Say para as economias monetárias, poderemos agora verificar que este modelo está umbilicalmente ligado a um segundo modelo: o da teoria quantitativa da moeda. Na verdade, é apenas um outro aspecto - o aspecto monetário - do mesmo modelo.

A Teoria Quantitativa da Moeda

A teoria quantitativa da moeda está baseada na equação das trocas. É importante, todavia, não confundi-las. A primeira é uma teoria, implica em relações de causa e efeito, em uma relação de comportamento. Está no substrato de todo o pensamento clássico, mas foi especialmente desenvolvida por Irving Fischer. É uma teoria tentadora, por sua simplicidade. Na verdade, porém, foi contra ela que Keynes acertou suas baterias mais poderosas. Já a equação de trocas é simplesmente um truísmo. Trata-se de uma identidade indiscutível.

A equação de trocas afirma simplesmente que a quantidade nominal de moeda (M) multiplicada pela velocidade de transações (v) é igual à média dos preços das transações (p') multiplicada pelo número de transações:

$$M v = p'T \quad (1)$$

Esta equação elementar usa os conceitos de velocidade de transações e de número de transações. Verificou-se logo que muito mais significativo era o conceito de velocidade-renda da moeda. A equação foi assim mudada para

$$MV = P0 \quad (2)$$

em que 0 é igual ao produto físico de bens e serviços finais, P é o preço médio das unidades produzidas e V é a velocidade-renda da moeda. Como P0 é igual à renda nominal, Yp, podemos escrever

$$MV = Yp \quad (3)$$

em que p é o índice de preços e Y a renda real ou produto nacional líquido real. Obtemos a renda nominal e não a renda real, porque, do outro lado da equação, M representa a quantidade nominal de moeda. É importante distinguir a renda nominal da real ou deflacionada porque esta é medida a preços constantes, enquanto que aquela varia como nível de preços.

Dada a equação de trocas (3), verificamos que a velocidade-renda da moeda é igual a

$$V = \frac{Yp}{M} \quad (4)$$

indicando quantas vezes, dentro de um determinado período, a mesma moeda foi usada para a compra de bens finais.

Desta formulação da equação de trocas, chegamos à “equação de Cambridge”, que é equação de trocas expressa em uma forma especial, usando-se m (quantidade real de moeda) ao invés de M , e k (o inverso de V), ao invés do próprio V . Temos, assim, que

$$m = \frac{M}{p} \quad (5)$$

e

$$k = \frac{1}{V} \quad (6)$$

Sendo k o inverso da velocidade-renda, indica a porcentagem do período considerado que a moeda não é usada. Assim, se a velocidade-renda é 4, k será 0,25. Em um ano, corresponderá a três meses.

Voltando à equação de trocas (3), e realizando-se as devidas substituições, temos que,

$$M = \frac{Yp}{V} \quad (7)$$

$$\frac{M}{P} = \frac{Y}{V} \quad (8)$$

Ora, dada a equação (5), podemos escrever

$$m = \frac{Y}{V} \quad (9)$$

Finalmente, dada a equação (6), podemos escrever

$$m = k Y \quad (10)$$

É esta equação de Cambridge que Keynes iria depois usar e modificar. Informa-nos que a quantidade de moeda, em termos reais, m , seria função exclusiva da renda, dadas as necessidades e hábitos de transação do país ou região considerada, que aparecem através do k . Em outras palavras, o m corresponderia à procura de moeda por motivos transacionais, como veremos mais adiante.

Partindo-se da equação de trocas, de validade indiscutível, os clássicos desenvolveram a teoria quantitativa da moeda. Segundo a mesma, a renda, real, Y , seria dependente da quantidade de moeda real, m , e vice-versa, mantendo-se a velocidade-renda da moeda constante, ou, pelo menos, não a fazendo variar com a taxa de juros. As variações da velocidade da moeda seriam passageiras, eventuais, causadas principalmente por variações na quantidade de moeda oferecida pelo sistema bancário, sem que houvesse tempo de repercutir sobre a renda. Mas, fora destes casos transitórios, que logo tenderiam para o equilíbrio, a velocidade-renda da moeda será constante. Ou melhor, variaria apenas e muito lentamente à medida que variassem os hábitos de pagamento e a estrutura vertical do sistema econômico.

Nesses termos, a velocidade-renda da moeda diminuiria, por exemplo, se os assalariados, que recebiam seus salários mensalmente, passassem a recebê-los quinzenalmente. Este fato implicaria em uma maior procura de moeda para fins transacionais. Seria necessário aumentar

M, sem que a renda sofresse modificação. A velocidade-renda diminuiria. Da mesma forma, uma menor integração vertical das empresas implicaria em maior procura de moeda, e conseqüente diminuição de V. Estes fatos, porém, só aconteceriam lentamente, de maneira que V era considerado pelos clássicos constante, já que a possibilidade de conservação de reservas de moeda ociosas estava excluída.

Ora, o postulado da manutenção da velocidade-renda da moeda constante, ao implicar na inexistência de entesouramento de moeda, torna claro o relacionamento entre a lei de Say e a teoria quantitativa da moeda. Confirma-se que a oferta cria sua própria procura, já que os indivíduos não entesouram moeda, procurando moeda e mantendo-a em seu poder apenas no montante da moeda, elemento essencial da teoria quantitativa da moeda, é, portanto, condição básica para que a lei de Say tenha validade.

A Determinação da Renda e dos Preços

Temos como corolário da lei de Say e da teoria quantitativa da moeda a teoria clássica de determinação da renda. Esta não dependeria da procura agregada, conforme Keynes depois estabeleceria. Para os clássicos a procura agregada era determinada pela oferta agregada, nos termos da lei de Say. Logo, era importante definir a função de produção, ou seja, a função da oferta agregada. Esta dependeria da quantidade de trabalho empregada, quantidade de capital, dos recursos naturais e do nível de desenvolvimento tecnológico. A renda, portanto, dependeria da função de produção do respectivo sistema econômico, ou seja, da oferta.

No curto prazo, dentro de uma perspectiva estática, que é própria tanto da macroeconomia clássica quanto da keynesiana, a variável tempo não é considerada. Nesses termos, capital, recursos naturais disponíveis e desenvolvimento tecnológico são considerados constantes, e a renda ou produção passa a ser função do emprego,

$$Y = Y(N) \quad \text{ou} \quad \theta = \theta(N) \quad (11)$$

em que N é o número de empregados e θ a produção física total (em termos não monetários).

Este fato torna-se mais claro quando nos lembramos que, em vista da lei de Say e da teoria quantitativa da moeda, não pode haver desemprego, a não ser muito transitoriamente. Não há, portanto, dificuldade em considerarmos a renda como dependente do emprego.

A renda só dependeria da quantidade de moeda naqueles raros momentos de desemprego. Havendo desemprego, a baixa dos preços decorrente causaria imediatamente um aumento da quantidade real de moeda e a renda voltaria a crescer, eliminando o desemprego. Caso o sistema de preços não reagisse imediatamente, baixando o nível de preços, o governo poderia encarregar-se de aumentar a oferta de moeda através da política monetária.

Desde que estivéssemos em situação de pleno emprego - que, aliás, seria a situação normal - as variações na oferta da moeda teriam imediatamente efeitos sobre o nível de preços. Formulava, assim, os clássicos, uma teoria sobre a inflação - a chamada teoria monetarista - extremamente simples. A inflação seria causada pelo aumento da oferta de moeda - no Brasil, principalmente, pelas emissões de dinheiro. O nível de preços seria diretamente proporcional à quantidade de moeda em circulação, dado um nível de renda, e, naturalmente, uma velocidade constante da moeda.

A Determinação dos Salários

A forma pela qual o pleno emprego é assegurado no sistema clássico merece mais alguns esclarecimentos. Já vimos que a macroeconomia clássica, aliás como a keynesiana, é estática. Não leva, a não ser incidentalmente, o fator tempo em consideração. Opera, portanto, dentro de esquema marshalliano de curto prazo, dentro do qual a quantidade de capital, a dimensão e o número das fábricas são fixos. Desta forma, a produção é função do emprego. Ora, se esta relação é verdadeira, a sua contrapartida também o é, de forma que, uma vez que tenhamos Y , teremos o volume de emprego.

Esta, porém, é uma visão incompleta do problema. A determinação do emprego estava relacionada não só com a renda, mas também com o nível de salários. Salários mais elevados significavam melhor nível de emprego e vice-versa. O importante, porém, é que, naquele melhor dos mundos possíveis do sistema clássico, o salário determinado pelas livres forças do mercado seria exatamente aquele que asseguraria pleno emprego.

A teoria dos salários faz parte da microeconomia neoclássica (ou, genericamente, clássica), sendo o principal capítulo de teoria de distribuição. Tem como base o conceito de produtividade marginal ou valor de produto físico marginal. A procura de empregados pelas empresas será função direta da curva de produtividade marginal de cada empresa.

Na concorrência perfeita, a produtividade marginal ou valor do produto físico marginal, PMg , é igual ao preço, P , da mercadoria, produzida com aquele trabalho, multiplicado pelo produto físico marginal, $PFMg$, do trabalho.

$$PMg = PFMg \cdot P \quad (12)$$

Por produto físico marginal do trabalho entende-se a quantidade física de bens que são produzidos quando se adiciona mais uma unidade de trabalho à produção. Esta quantidade, multiplicada pelo preço da mercadoria, nos dá imediatamente a produtividade marginal. Podemos também definir a produtividade marginal como a derivada da receita total (ou da renda, se pensarmos em termos agregados) em relação ao aumento de um trabalhador. Aqui nos interessa o conceito de produtividade marginal em termos agregados. Podemos, portanto, escrever,

$$PMg = \frac{dYP}{dn}$$

lembrando que YP é a renda nominal, em que o produto físico, O , já foi multiplicado por seus preços ($Yp = OP$).

O produto físico marginal, por sua vez, é a derivada da produção física total. Seja O o produto físico total. Logo,

$$PFMg = \frac{dO}{dN} \quad (14)$$

Ora, também na concorrência perfeita, sempre implícita no modelo, as empresas maximizam seus lucros quando o custo marginal, CMg , é igual ao preço, P .

$$CMg = P \quad (15)$$

Por outro lado, o CMg, quando a mão-de-obra é variável e o capital é fixo, vai ser igual ao salário, W, pago ao trabalhador dividido pelo PMFg do seu trabalho. Isto porque o custo marginal é de quanto aumenta o custo total, quando aumenta de uma unidade a produção. É, em outros termos, o custo de um trabalhador em relação ao último bem produzido. Este custo, sendo apenas o trabalho o fator variável, terá que ser igual ao salário dividido pela quantidade produzida pelo último trabalhador empregado para aumentar a produção. Portanto

$$CMg = \frac{W}{PFMg} \quad (16)$$

Das duas últimas equações deduzimos imediatamente a terceira:

$$P = \frac{W}{PFMg} \quad (17)$$

ou seja, o preço de um bem será igual ao salário dividido pela produtividade física marginal e, conseqüentemente, usando-se também equações (12) e (13),

$$W = PFMg \cdot P = PMg = \frac{dYp}{dN} \quad (18)$$

ou, se preferirmos os salários em termos reais

$$\frac{W}{P} = PFMg = \frac{d0}{dN} \quad (19)$$

Os salários nominais, portanto, serão iguais à sua produtividade marginal, e os salários reais, iguais ao seu produto físico marginal para que as empresas maximizem seus lucros. Isto é claro, independentemente da demonstração que acabamos de realizar. A empresa, naturalmente, só estará disposta a empregar mais trabalhadores enquanto aquilo que estes trabalhadores adicionarem, em valor, à produção total, for igual ao salário que receberem ou maior do que este. Em virtude da lei dos rendimentos decrescentes, a produtividade marginal irá sendo cada vez menor. No momento em que se igualar à taxa de salários do mercado, a empresa dar-se-á por satisfeita com o número de empregados que tiver.

A procura de empregados seria, assim, uma curva inclinada da esquerda para a direita, determinada pela inclinação da produtividade marginal. À medida que os salários reais diminuíssem, seria maior a procura de empregados.

$$N_d = PFMg = \frac{d0}{dN} \quad (20)$$

A oferta de emprego, por outro lado, seria também função dos salários e da população. Mantida esta constante, quanto maior o salário real, maior a quantidade de trabalho oferecida.

$$N_s = s \left(\frac{W}{P} \right) \quad (21)$$

O cruzamento da oferta e da procura de emprego determinaria o salário do mercado e o nível de emprego correspondente.

$$N_d = N_s \quad (22)$$

O Pleno Emprego

Podemos agora completar nossa análise. O nível de emprego seria determinado pela renda apenas indiretamente. Diretamente dependeria do nível dos salários, os quais dependeriam da produtividade marginal do trabalho, ou seja, da derivada da renda em relação ao trabalhador. No momento transitório em que houvesse desemprego, teríamos uma indicação de que os salários estariam artificialmente altos, de forma que estes começariam automaticamente a declinar devido à pressão dos trabalhadores desempregados, que estariam agora dispostos a trabalhar por um menor salário. Como consequência do excesso da oferta de trabalho baixariam os salários nominais e reais. As empresas, em vista disto, aumentariam o número de empregados (já que a curva de procura de empregados não sofrera alteração). Com o aumento do número de empregados, aumentaria a renda real, Y . Este processo continuaria até que todos os trabalhadores fossem empregados, voltando-se à situação normal de pleno emprego.

Como se liga esta análise com a teoria quantitativa da moeda e à equação de trocas? Muito simplesmente. Com a redução dos salários, reduzir-se-iam os custos das empresas, particularmente o custo marginal. Ora, o CMg é igual ao preço, na situação de equilíbrio com lucro máximo. Logo, com a redução dos salários, os preços reduzir-se-iam. Naturalmente, reduzir-se-iam em menor proporção que os salários, caso contrário o salário real (que é o que nos interessa) não diminuiria, e não haveria aumento de emprego. Dentro da equação de trocas ($MV = Yp$), M permaneceria constante, porque o governo não tivera intervenção no setor da política monetária; V permaneceria constante, de acordo com o pressuposto básico da teoria quantitativa da moeda; p reduzir-se-ia, conforme acabamos de ver; logo, para manter-se a igualdade da equação de trocas, seria preciso que Y aumentasse. Ora, acabamos de ver que, com o aumento do emprego, N , seria isto exatamente o que ocorreria.

É claro que este modelo pressupõe a perfeita flexibilidade dos salários nominais e reais para baixo, ignorando os problemas de ordem institucional que na realidade existem, especialmente os sindicatos.

Investimento e Poupança

Falta-nos apenas um elo para completarmos o modelo macroeconômico clássico: a relação entre poupança e o investimento e a decorrente função consumo. Já vimos que a lei de Say e a teoria quantitativa da moeda, dentro da hipótese da ausência de entesouramento e, portanto, da inexistência de variações na velocidade da moeda, levam-nos à conclusão da impossibilidade de subconsumo ou superprodução. Mas, o que aconteceria se, subitamente, os indivíduos decidissem poupar mais (consumir menos), não estaríamos ameaçados de uma crise? Ou o aumento da poupança implicaria em um imediato aumento do investimento?

O problema era resolvido pelos clássicos através da taxa de juros, que seria o mecanismo equilibrador entre a poupança e o investimento, determinando também o consumo.

A poupança, S , seria uma função direta da taxa de juros, j . Quanto maior fosse esta taxa, maior seria o desejo de poupar da comunidade.

$$S = S(j) \quad (23)$$

Por outro lado, o investimento, I , seria também função inversa da taxa de juros. Quanto menor a taxa de juros, maior a disposição dos investidores para investir.

$$I = I(j) \quad (24)$$

Nestes termos, o fator equilíbrio entre o investimento e a poupança seria dado pela taxa de juros. Seria ela o preço que igualaria a oferta de capitais (poupança) e a procura de capitais (investimentos). A condição de equilíbrio é portanto

$$I = S \quad (25)$$

O fato de introduzirmos o mercado de capitais torna mais compreensível o problema. Os poupadores são freqüentemente pessoas diferentes dos investidores. O mercado de capitais é o mecanismo que permite transformar as poupanças em investimentos. Quando o poupador não investe, ele mesmo, em capital físico, ele compra títulos, emitidos pelos investidores, que recebem assim a poupança e a investem. Assim, quando houvesse uma maior procura de investimento (em virtude de, por exemplo, um grande otimismo dos investidores quanto aos lucros futuros), ou seja, um deslocamento para a direita da curva de procura de investimento e a escala de poupança não sofresse alteração, tenderia a ocorrer um aumento na taxa de juros, que poria um freio no aumento do investimento, ao mesmo tempo que permitiria um aumento da poupança.

Através do mecanismo da taxa de juros, portanto, investimento e poupança são sempre mantidos em equilíbrio. O consumo, por sua vez, dependendo também da taxa de juros, aumenta ou diminui, à medida que a taxa de juros varia. E nesses termos, verificamos novamente a impossibilidade de uma crise de subconsumo. A macroeconomia clássica conduz-nos novamente à conclusão que, dentro do sistema capitalista do *laissez-faire*, em que impera a concorrência perfeita, estamos no melhor dos mundos possíveis - um mundo sem desemprego, sem subconsumo, no qual a renda seria distribuída segundo a produtividade marginal dos fatores, os consumidores maximizariam sua utilidade e as empresas maximizariam seus lucros, dentro de um espírito de harmonia universal...

Resumo Gráfico

Podemos agora apresentar um resumo gráfico da macroeconomia clássica e um exemplo numérico. Trata-se de um modelo simplificado em que supomos a inexistência do governo, comércio exterior e lucros retidos.

1. Função de produção

$$(11) \quad O = O(N) \quad O = 20 + 2N - 0,01 N^2$$

Estamos, portanto, usando uma função de produção simplificada, de segundo grau, em que há apenas rendimentos decrescentes. Usamos esta função em termos de produção física total porque vamos necessitar do salário real, que depende da produção física total. Para obtermos a renda real, em termos monetários, suporemos que o índice de preços, p , seja 1 e que o preço médio das unidades produzidas, P , seja 10.

2. Procura de emprego

$$(20) \quad N_d = \underline{dO} \quad N_d = d(20 + 2N - 0,01 N^2)$$

$$dN = 2 - 0,02N$$

A procura de emprego é, portanto, determinada pela produtividade física marginal do trabalhador, ou seja, pela derivada do produto físico total em relação ao emprego.

3. Oferta de emprego

$$(21) \quad N_s = s \frac{W}{P} \quad N_s = 40 + 10 \frac{W}{P}$$

$$\frac{W}{P} = -4 + 0,1N$$

4. Determinação do emprego (condição de equilíbrio)

$$(22) \quad N_d = N_s \quad 2 - 0,02N = -4 + 0,1N$$

$$N = 50$$

substituindo em (20) ou (21)

$$\frac{W}{P} = 1$$

Temos, portanto, que o número de empregados é igual a 50 e o salário real é 1 neste exemplo.

5. Determinação da renda e do salário

Obtido o emprego, podemos agora determinar a renda a partir da produção física total.

$$0 = 20(50) - 0,01(50^2) \\ = 95$$

Ora, já vimos que $Y_c = 0P$. Logo, $Y = \frac{0P}{p}$, sendo $p = 1$ e $P = 10$.

$$Y = \frac{0P}{p} = \frac{95(10)}{1} = 950$$

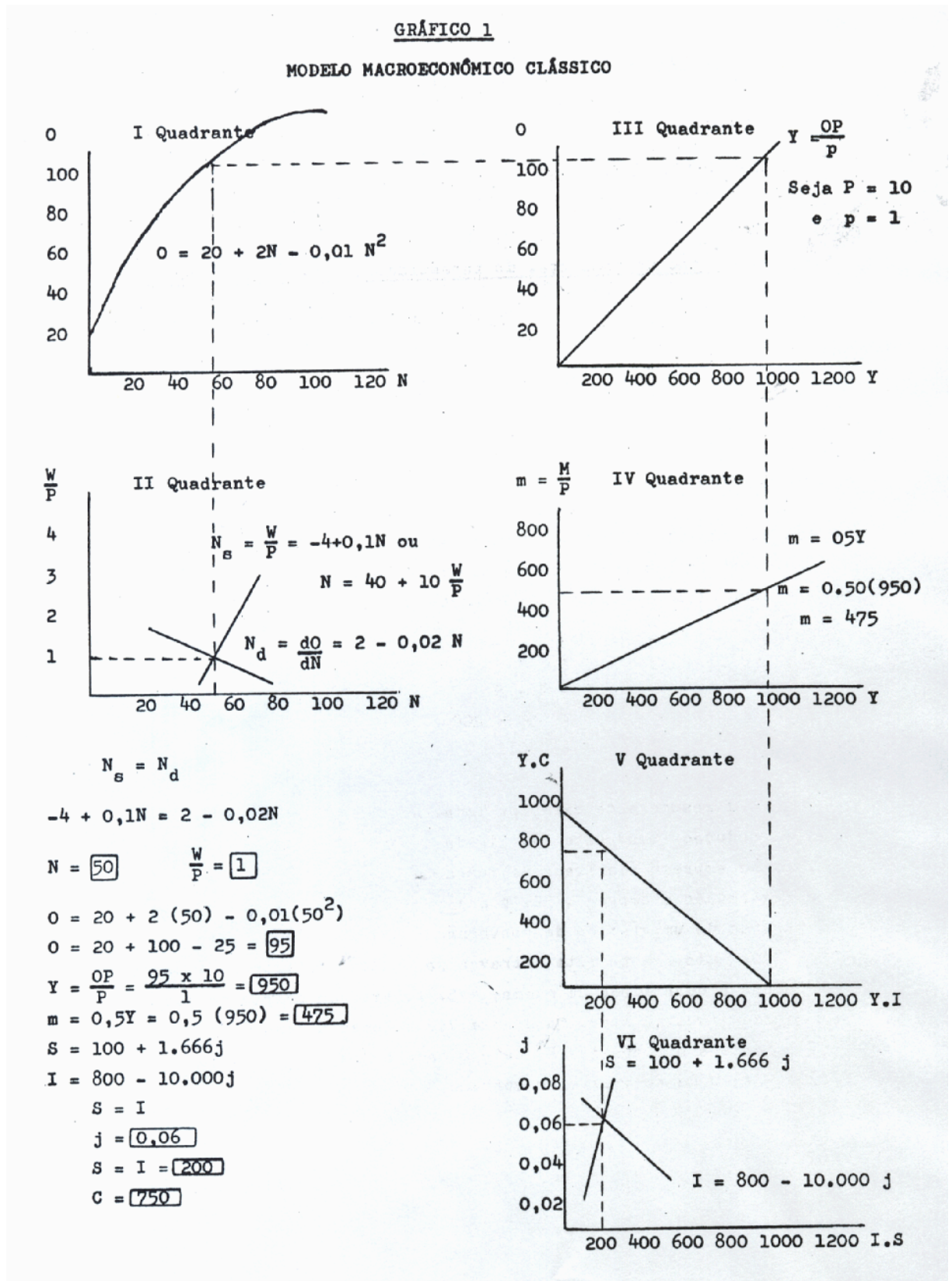
Temos, assim, uma renda real de 950.

6. Equação de trocas

Apresentamos a equação de trocas na forma especial da equação de Cambridge. Dada, exogenamente, a velocidade-renda da moeda de 2, temos o inverso da mesma, $k = 0,5$. Como já calculamos o valor da renda real, podemos obter imediatamente a quantidade de moeda necessária para o funcionamento da economia: 475.

$$(10) \quad m = kY \quad m = 0,5Y \\ = 0,5(950) \\ = 475$$

Gráfico 1 - Modelo Macroeconômico Clássico



7. Função poupança

$$(23) \quad S = S(j) \quad s = 100 + 1,666j$$

8. Função investimento

$$(25) \quad I = I(j) \quad I = 800 - 10.000j$$

9. Determinação da poupança, do investimento e da taxa de juros

$$(26) \quad S = I \quad 100 + 1,666j = 800 - 10.000j$$

$$j = 0,06$$

substituindo em e

$$S = I = 200$$

A igualdade $S = I$ é uma condição de equilíbrio. Através dela determinamos a taxa de juros e em seguida o investimento e a poupança, que são iguais por definição. Além disso, podemos calcular o consumo C . Por definição, sabemos que toda mercadoria que não é consumida é poupada. Logo,

$$Y = C + S$$

$$C = Y - S$$

$$= 950 - 200$$

$$= 750$$

O gráfico 1 resume este exemplo. Todas as variáveis estão ligadas.

A função de produção (Quadrante I), ligada à curva de oferta de emprego e à de procura de emprego (derivada da função de produção) (Quadrante II), nos permite determinar o emprego, 50, o salário real, 1, e o produto físico total, 95. Através de um gráfico de conversão (Quadrante III), obtemos a renda real, 950. Esta nos permite, através da equação de trocas, (Quadrante IV) determinar a quantidade de moeda, 475. Através da oferta de poupança e da procura de investimento (Quadrante VI) obtemos a taxa de juros, 0,06, e o investimento e a poupança. E, determinada a poupança, obtemos, através de outro gráfico de conversão, o consumo, 750.

Vemos por este modelo gráfico que, no sistema clássico, a taxa de juros tem apenas a função de equilibrar a poupança e o investimento, e, desta forma, definir a aplicação da renda entre consumo e investimento. Este, por sua vez, não tem caráter dinâmico. Não determina o nível da renda, como irá acontecer no sistema keynesiano, através da teoria de multiplicador. É simplesmente uma parte da renda.

III. A contribuição de Keynes

Contra esta visão idealista e alienada da economia, que acabamos de apresentar, iria levantar-se a figura do grande economista que marcaria e dividiria a história do pensamento econômico do Século XX: John Maynard Keynes. A macroeconomia clássica, ou mais precisamente, neoclássica, sofria das mesmas limitações da análise microeconômica, com a qual, na verdade, se confundia freqüentemente. Era um modelo matematicamente rigoroso, fruto da imaginação e da inteligência de economistas brilhantes, mas não correspondia à realidade nem fornecia instrumentos eficientes de política econômica para nela intervir. Na verdade, era sob muitos aspectos mais uma peça de sistema ideológico alienado e conservador de justificativa do liberalismo econômico, do *laissez-faire*.

A macroeconomia clássica transportava-nos para um mundo perfeito, em que as forças do mercado, através de seus mecanismos automáticos de auto-ajustamento, garantiriam pleno emprego, eficiência máxima da produção, maximização da satisfação dos consumidores e dos lucros dos produtores (os quais, todavia, corresponderiam apenas ao lucro normal), e distribuição ótima da renda entre os proprietários dos fatores de produção. O irrealismo desta visão, porém, tornava-se cada vez mais patente. A grande depressão dos anos trinta deste século tornou esse irrealismo gritante. E foi em meio aos anos trinta que um economista inglês, John Maynard Keynes, que até então inscrevera-se entre os mais eminentes economistas clássicos de seu tempo, publica um livro *General Theory of Employment, Interest and Money* (1936), que revolucionaria a teoria econômica.

Esta obra seria antes de mais nada uma denúncia do *laissez-faire*. Keynes não era marxista, sequer socialista. Pelo contrário, acreditava no sistema capitalista, dentro do qual fora educado. Verificou, porém, que o sistema econômico capitalista estava longe de assegurar automaticamente o pleno emprego e o desenvolvimento econômico sem crises crônicas, de duração indefinidas, como pretendia a teoria econômica vigente. Este fato fora também constatado pela maioria de seus contemporâneos. Mas apenas Keynes logrou montar um modelo teórico que tivesse condições de fazer frente ao modelo clássico.

Tarefa aparentemente com o mesmo sentido já fora realizada no século anterior, por Marx. Mas é preciso distinguir com clareza as duas contribuições. Marx fez sua crítica da teoria vigente, visando condenar e ajudar a liquidar o sistema capitalista. Sua crítica foi tão profunda e severa, que jamais foi incorporada à teoria econômica ortodoxa, vindo a constituir-se em uma teoria econômica paralela - a teoria econômica marxista. Já a crítica de Keynes tem um sentido completamente diverso. Não visava condenar o capitalismo, mas apontar suas fraquezas e indicar os remédios adequados. Não era o capitalismo que era condenado, mas o *laissez-faire*. É certo que a política para salvar o capitalismo era suficientemente ousada para praticamente propor a socialização dos investimentos, seu controle pelo governo⁵. O máximo que se poderia dizer, portanto, é que para salvar o sistema capitalista, Keynes admitia um grau de intervenção do Estado que a longo prazo poderia implicar no desaparecimento do sistema capitalista.

Basicamente, porém, Keynes foi um economista ortodoxo, que, embora rompendo em alguns pontos importantes com a teoria econômica do seu tempo, a ponto de sua contribuição poder, com justiça, ser considerada revolucionária, nem por isso deixou de ser fiel às linhas

⁵ J.M.Keynes, *General Theory*, p.164

gerais do pensamento econômico ortodoxo, marshalliano, em que foi formado. Conforme observou com muita felicidade Paul Sweezy, Keynes

“por preparação, era um neoclássico estrito, e jamais se sentia realmente bem, a não ser em discussão com seus colegas neoclássicos. Na verdade, estaríamos perfeitamente justificados ao dizer que Keynes é ao mesmo tempo o mais importante e o mais ilustre produto da escola neoclássica... Sua missão foi de reformar a Economia, trazê-la de volta ao contato com o mundo real do qual se afastara cada vez mais desde o rompimento com a tradição clássica no século XIX; e precisamente porque era um deles, e não um estranho, é que Keynes pôde exercer uma influência tão profunda sobre seus colegas”.⁶

A denúncia de Keynes ao *laissez-faire* partia da verificação que, deixado o sistema econômico por sua própria conta, tenderia ele, inexoravelmente, à crise crônica de subconsumo, e ao desemprego. A análise keynesiana estava de acordo com a realidade que se observava no mundo. Por outro lado, Keynes não se limita à análise. Embora um teórico, foi ele sempre um homem preocupado com a prática, com a política econômica. Pôde, assim, partindo de uma análise teórica do sistema econômico capitalista muito mais realista do que a que fora até então, construir uma política econômica operacional, realmente capaz de atuar sobre o sistema econômico.

Desta forma, criticando a teoria econômica neoclássica e propondo seu próprio modelo alternativo, Keynes denunciou o *laissez-faire* e devolveu à Economia o contato com a realidade. Isto tudo implicou em uma revolução no campo da Economia - uma revolução bem sucedida. De fato, embora ainda se possa falar, hoje, na existência de uma escola keynesiana e uma escola neoclássica, na verdade seria mais correto afirmar que todos os economistas ortodoxos, não marxistas, foram influenciados por Keynes. E a macroeconomia keynesiana foi incorporada pelos neoclássicos depois de devidamente neutralizada no que diz respeito à sua demonstração da ineficiência do sistema de mercado. O modelo IS/LM de quatro quadrantes, formulado por Hicks⁷ é o melhor exemplo dessa cooptação e desfiguração do pensamento keynesiano, muito melhor representado através do chamado modelo simples de determinação da renda.

Como resultado desse processo de cooptação econômica keynesiana pelos neoclássicos, ilustrada nos livros textos mais utilizados de macroeconomia,⁸ a economia keynesiana foi incorporada à economia ortodoxa. É, todavia, possível permanecer fiel ao pensamento keynesiano, baseado na incapacidade do mercado garantir o pleno emprego e o equilíbrio da economia. Este trabalho vem sendo realizado por economistas que se convencionou chamar de neokeynesianos ou neomarxistas, na medida em que utiliza o pensamento keynesiano ou marxista em maior ou menor grau.⁹

⁶ Paulo Sweezy, “John Maynard Keynes” in *Teóricos e Teorias da Economia*, Rio de Janeiro: Zahar, 1965: 11 e 12.

⁷ Hicks, J.R. *Keynes and the 'Classics'; a Suggested Interpretation* in *Econometria*, vol.V, 1937, transcrito em John Lindauer (org.), *Macroeconomic Readings*. Nova York: The Free Press, 1968.

⁸ Ver, por exemplo, Duncan M.McDougall e Thomas E.Dernburg, *Macroeconomics*, Nova York: McGraw Hill, 1963; Gardner Ackley, *Macroeconomic Analysis*, Nova York: Harcourt, 1966; e Edward Shapiro, *Macroeconomic Analysis*. New York: Harcourt, 1966.

⁹ O livro introdutório de Joan Robinson e John Eatwell, *An Introduction to Modern Economics*, Maidenhead: McGraw-Hill, 1973, é um bom exemplo dessa tendência.

Neste trabalho estamos interessados em apresentar a teoria econômica propriamente keynesiana. Cumpre assinalar, todavia, que a macroeconomia não foi fundada apenas por Keynes, mas também por Michal Kalecki.¹⁰ Concomitantemente com Keynes ou mesmo um pouco antes (seus primeiros trabalhos sobre o assunto datam de 1933), Kalecki desenvolveu um amplo modelo macroeconômico. Dada sua formação marxista, deu ele mais ênfase em seu modelo ao problema da distribuição de renda entre lucros e salários, e distinguiu três tipos de bens, como Marx já havia feito: bens de capital, bens de consumo dos trabalhadores e bens de consumo de luxo. Estes elementos enriqueceram extraordinariamente o modelo de Kalecki e o tornaram um instrumento extremamente útil na análise macroeconômica das economias desenvolvidas.¹¹ Neste trabalho, porém, limitar-nos-emos à análise do pensamento de Keynes.

Qual o conteúdo teórico da macroeconomia keynesiana? Em que inovou ele, em relação à macroeconomia clássica? Antes de respondermos a estas perguntas, parece-nos importante apresentarmos um resumo da vida e do desenvolvimento das idéias de Keynes. Sob este ponto de vista histórico, o qual, aliás, vimos adotando desde o início deste trabalho, acreditamos que será muito mais fácil compreendermos a contribuição de Keynes à ciência econômica.

John Maynard Keynes

John Maynard Keynes era descendente de tradicional família inglesa. Nasceu em 1883. Sua mãe, Florence Ada Keynes, era uma senhora inteligente e encantadora, filha de um pastor metodista. Seu pai, John Naville Keynes, chefe da biblioteca da Universidade de Cambridge, foi um lógico e um economista de alto nível. Seu livro, *Scope and Method of Political Economy* (1891) foi muitas vezes reeditado, e é considerado um dos melhores tratados sobre metodologia econômica até hoje escritos.

Keynes foi assim educado no seio de uma família de intelectuais. Realizou seus estudos secundários em Eton, havendo para isso ganho uma bolsa de estudos, aos 14 anos. Distinguiu-se sempre como excelente aluno. Passou em seguida para o King's College, da Universidade de Cambridge, com o objetivo inicial de estudar Matemática. Logo, todavia, interessou-se pela Economia, tendo, ao que parece, sido decisivo nesse sentido o interesse que Alfred Marshall demonstrou por ele. Marshall era o papa da escola neoclássica, o chefe indisputado dos economistas ingleses de seu tempo, e influenciou profundamente Keynes.

Também na universidade Keynes revelou-se excelente aluno. Seu êxito, porém, não foi apenas acadêmico em Cambridge. Durante esta época de universidade, rodeia-se de um grupo de intelectuais de primeira linha - o Grupo de Bloomsburg - entre os quais salientaram-se Lytton Strachey e Leonard Woolf. Apenas um senão em sua carreira acadêmica: não era um aluno brilhante de Matemática, embora fosse esta área de especialização inicialmente escolhida.

¹⁰ De Michal Kalecki ver *Theory of Economics Dynamics*, Nova York: Monthly Review Press, 1968, e *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy, 1933-1970*, Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

¹¹ Para algumas aplicações do modelo de Kalecki ver Maria da Conceição Tavares, "Além da Estagnação", em *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Rio de Janeiro: Zahar, 1972; Celso Furtado, *Análise do Modelo Brasileiro*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972; Pedro Malan e John Wells, Furtado, Celso, "Análise do Modelo Brasileiro", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol.II, no.2, dezembro de 1972, e Luiz Carlos Bresser-Pereira, "A Economia do Subdesenvolvimento Industrializado", in *Estudos Cebrap*, no.14.

Aliás, Keynes jamais foi um economista matemático. Em seu tempo a matemática econômica e a econometria estavam em pleno desenvolvimento. Keynes preferiu, porém, sempre evitar os recursos matemáticos, talvez porque visse que, se o raciocínio econômico ganhava em precisão e clareza com a matemática, perdia em riqueza e profundidade, implicando em simplificações excessivas da realidade.

Terminado o curso universitário, Keynes presta concurso para o serviço diplomático. É aprovado, apesar da displicência com que encara o concurso. Permanece então dois anos no “India Office” (1906-1908). Não se adapta a este trabalho, e demite-se do serviço público. Em 1909 está de volta para Cambridge onde aceita uma cátedra de economia. Ensina, então, a economia marshalliana. E durante mais de vinte anos, Keynes seria, como a grande maioria dos economistas da época, uma economista neoclássico. Discípulo de Marshall, o livro V dos *Principles* era o centro de seus ensinamentos. A microeconomia ou a teoria dos preços constituía o núcleo da teoria econômica.

Keynes ganhou prestígio como economista rapidamente. Tinha 28 anos e apenas dois de magistério quando, em 1911, foi nomeado diretor da mais prestigiosa revista acadêmica de Economia, o *Economic Journal*. Manteve esta posição até quase sua morte, e foi sempre um diretor atuante. Como fruto de sua experiência no “India Office”, Keynes publica em 1913 seu primeiro livro, *Indian Currency and Finance*. Nessa época, Keynes foi nomeado membro da “Royal Commission on Indian Currency and Finance”.

É significativo observar que nesse livro, que obteve excelente repercussão nos meios acadêmicos, não podiam ser vislumbradas as teses da *General Theory*, mas desde o início revelava-se a preocupação de Keynes com a teoria monetária e os problemas macroeconômicos.

Em 1915, é chamado para trabalhar no Tesouro (Ministério da Fazenda) britânico. Podia assim ter um contato direto com os problemas financeiros da época. Em pouco tempo, Keynes teve sua competência reconhecida. Em 1919, foi nomeado o principal representante do Tesouro na Conferência de Paz de Paris, que terminaria com o célebre e malfadado Tratado de Versalhes. Keynes percebeu claramente que o tratado, com suas implicações de humilhação nacional para a Alemanha, e sua total inviabilidade econômica, estabelecia as bases para uma futura retaliação alemã. Além disso, constituir-se-ia em um entrave ao desenvolvimento de toda a Europa. Em vista disto, demitiu-se de seu cargo no Tesouro, e, com grande rapidez e paixão, escreveu o livro de denúncia que o tornou célebre - *Economic Consequences of the Peace* (1919).

Este livro é seguido de *A Revision of the Treaty* (1922), em que Keynes volta a examinar a economia européia sob o impacto do tratado de Versalhes. A análise econômica de *General Theory* ainda não pode ser discernida, mas sua visão geral do sistema capitalista já está clara. Keynes acreditava que a era do *laissez-faire*, do capitalismo romântico e individualista, terminara com a Primeira Guerra Mundial. O desenvolvimento econômico não podia mais se basear na figura de empreendedores cheios de iniciativa e imaginação, que sabiam aproveitar as oportunidades para investir lucrativamente e assim enriquecer e promover o progresso econômico. Isto só fora possível enquanto a população crescia rapidamente, as fronteiras econômicas se expandiam, novas fontes de matérias-primas e energia eram descobertas, o desenvolvimento tecnológico era rápido. Enquanto essas condições perduraram, o sistema capitalista, cujo processo de desenvolvimento estava baseado na existência de uma classe privilegiada, a burguesia, podia continuar. Na distribuição da renda nacional, a burguesia recebia de longe a maior fatia do bolo. Em contrapartida, tinha a missão de poupar e investir,

de fazer bolos e não os comer, promovendo assim o desenvolvimento econômico. A partir da Primeira Guerra Mundial, porém, achava Keynes que aquelas condições excepcionais, que permitiram um desenvolvimento baseado no *laissez-faire*, haviam desaparecido. As oportunidades de investimentos lucrativos reduziram-se. O espírito empresarial entrava em declínio. Os hábitos burgueses de poupança, contribuindo para a redução das oportunidades, não tinham mais justificativa social. O *laissez-faire* estava morto. Só poderia levar à estagnação econômica, à crise crônica do sistema capitalista.

Nesses termos, já em 1922 Keynes esboçara sua visão geral do sistema capitalista. Era uma visão pessimista, que estabelecia novas bases para a teoria clássica da estagnação e condenava o liberalismo econômico. A base teórica desta posição, porém, só se acabaria de formular catorze anos mais tarde, com a *Teoria Geral*.

Depois de demitir-se de seu cargo no Tesouro, Keynes voltou a ensinar em Cambridge, onde permaneceria até o fim de sua vida e formaria uma escola. Não era homem, porém, para contentar-se apenas com sua vida acadêmica. Keynes era um homem fascinado pelo mundo e com ele comprometido. Não acreditava no intelectual de gabinete, nem em ciência pura, desligada de objetivos operacionalmente realizáveis. Nesses termos, não poderia ter deixado de reagir contra a teoria econômica de sua época, a teoria microeconômica marshalliana, que perdia-se em refinamentos teóricos, e deixava em segundo ou terceiro plano os problemas de política econômica, já que, dentro das premissas do liberalismo, não havia necessidade de intervenção. Toda a obra de Keynes foi voltada para a política econômica. Mesmo quando fazia teoria pura, a política econômica estava sempre sendo levada em consideração. Poderia ser introduzida a qualquer momento.

Mas, além de ter criado uma teoria econômica que devolveria a operacionalidade à Economia, Keynes participou ele mesmo, de forma intensa, de vida prática. No próprio King's College, aceitou trabalhar no cargo de Tesoureiro, manteve-se como editor do *Economic Journal*, foi presidente do *New Statesman and the Nation*, para onde escreveu uma infinidade de artigos, presidiu efetivamente uma companhia de seguros, a “National Mutual Life Assurance Society” entre 1921 e 1938, e dedicou-se ele mesmo aos negócios. Durante uma certa época de sua vida, especulou na bolsa e, como tudo o que fez, foi altamente bem sucedido, ganhando uma fortuna avaliada em quinhentas mil libras. Serviu também em várias comissões de aconselhamento econômico do governo. Durante a Segunda Guerra Mundial, desempenhou um papel importante na definição da política financeira britânica, em sua qualidade de conselheiro do Tesouro.

Não bastavam a Keynes, porém, as atividades intelectuais e as práticas. Foi também um autêntico protetor das artes. Fundou, dirigiu e financiou o “Cambridge's Art Theater” e o “London's Camargo Ballet”, tendo, em 1925, se casado com uma famosa bailarina da época, Lydia Lopokova. Interessava-se por literatura, tendo realizado pesquisas históricas e escrito trabalhos nesse campo. Era bom entendedor de pintura, e nos últimos anos de sua vida foi eleito administrador da “National Art Gallery”. Era decididamente incansável.

E toda essa atividade era realizada enquanto publicava livros e escrevia artigos. Em 1921 publica *A Treatise on Probability*, sua mais importante escapada do campo da Economia. Seu estudo universitário básico fora em Matemática, e embora não gostasse de abusar de seus conhecimentos matemáticos em seu raciocínio econômico, possuía ampla cultura e permanente preocupação com os problemas filosóficos. Nesses termos, provavelmente viu no estudo da teoria da probabilidade uma oportunidade para usar a Matemática mais adequada e satisfatoriamente.

Em 1922 publicou *A Revision of the Treaty*, ao qual já nos referimos. Em 1923 publica *A Tract on Monetary Reform*, em que examinava a economia inglesa do após-guerra e realizava uma série de recomendações de caráter monetário. Em 1926 publica um panfleto, *The End of Laissez-Faire*, cuja tese é evidente no título.

Em 1930 Keynes sente-se suficientemente seguro para publicar um livro longo e ambicioso, *Treatise on Money*. Economista monetário que era, sempre acreditando que a base do processo econômico capitalista estava no dinheiro, Keynes procura neste livro abranger de forma ampla toda a economia, partindo da análise da moeda. Este tratado, embora desigual, tendo sofrido várias críticas em alguns pontos, já seria suficiente para consagrar Keynes como economista. Nele já estavam contidas em embrião algumas das idéias com as quais seis anos mais tarde revolucionaria o pensamento econômico. Mas, fundamentalmente, era ainda a obra de um economista neoclássico, ainda que particularmente preocupado com os problemas de política monetária. Lawrence Klein resume de forma muito feliz o *Treatise on Money*:

“Podemos descrever o *Treatise* como um livro de economia clássica, baseado em duas importantes e bem conhecidas teorias. Estas teorias são: a dos ciclos econômicos, que faz das flutuações dos investimentos o primeiro motor do sistema capitalista, tal como o afirmam Tungan Baranovsky, Spiethoff, Schumpeter, Robertson; e a teoria de que a taxa de juros é colocada em equilíbrio através da igualdade da poupança com o investimento... O ciclo econômico é causado por flutuações na quantidade de investimento em relação à quantidade de poupança... De acordo, todavia, com a teoria dos juros, as flutuações da taxa de juros do mercado com relação à taxa natural (a taxa que igualaria poupança e investimento) estão relacionadas exclusivamente com as flutuações na discrepância entre poupança e investimento, que, por sua vez, estão relacionadas com as flutuações no nível de preço. Nesses termos, argumenta Keynes que o investimento é o fator realmente dinâmico que flutua, quando as taxas de mercado e natural de juros divergem, e que as flutuações dos preços são o resultado das discrepâncias entre a poupança e o investimento. A finalidade principal do *Treatise* é a de dizer-nos como manter estáveis os preços; ou, o que dá no mesmo: como manter iguais poupança e investimento; ou, o que dá no mesmo: como manter a taxa de juros do mercado igual à taxa natural de juros. E assim, as propostas concretas de Keynes eram planos de controle da moeda; os bancos atuando sobre a taxa de juros que influiria sobre o nível de investimento até que se pudesse lograr o equilíbrio com o nível mais estável de poupança”.¹²

O *Treatise on Money* fora aguardado com grande expectativa pelos economistas. Keynes colocara em sua redação muito tempo e esforço. Sua repercussão, porém, não foi à altura do que Keynes esperava. O mais grave, porém, é que o livro não conseguia satisfazer principalmente ao próprio Keynes. As medidas práticas que vinha advogando, de clara intervenção do Estado na economia para aumentar o consumo ou as inversões públicas, seu apoio ao protecionismo tarifário para proteger a indústria britânica, estavam em consonância com sua visão geral do fim do *laissez-faire*, mas não encontravam apoio na teoria econômica de seu *Tratado sobre a Moeda*.

Por outro lado, a crise econômica iniciada em 1929 ganhava momento. A depressão dos anos trinta superava todas as expectativas. O capitalismo passava por sua mais dura prova. E, nestas condições, a política econômica de *Treatise* tornava-se claramente inoperante. Keynes não teve então dúvida em abandonar o que havia escrito até então, romper com seus mestres,

¹² Lawrence R. Klein, *La Revolución Keynesiana* (tradução do inglês), Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1952, pp.23/34.

e lançar-se na formulação ambiciosa de sua própria teoria. Seu trabalho foi facilitado pela publicação do artigo de R.F.Kahn, definindo de forma precisa a teoria do multiplicador dos investimentos, em 1931.¹³ Desta teoria tirou Keynes a implicação fundamental, que não era a da importância do investimento (por demais óbvia), mas a de que o consumo e a poupança não dependiam da taxa de juros, a sim da renda, ou seja, da procura agregada. Isto levou Keynes a abandonar a teoria de que a taxa de juros era determinada pela oferta de poupança e a procura de investimentos. Em substituição, a preferência para a liquidez, ou seja, a possibilidade de entesouramento, de reservar dinheiro em forma líquida, que já estava sugerida no *Treatise*, mas que realmente não fora ainda desenvolvida plenamente, surgiu como uma necessidade.

Keynes rompia, assim, radicalmente com a tradição clássica baseada na teoria quantitativa da moeda, que não admitia a possibilidade de entesouramento. Automaticamente, a lei de mercado de Say, segundo a qual a oferta cria sua própria procura, não sendo possíveis o desemprego e as depressões a longo prazo, caía por terra. A teoria da estagnação que Keynes começara a formular nos anos vinte, ganhava agora sustentação teórica. O desemprego deixava de ser uma situação anormal. Anormal, ou, mais precisamente, eventual, isto sim, era o pleno emprego, que só poderia ser alcançado graças a uma intervenção deliberada do Estado, de estímulo à demanda agregada efetiva, principalmente através da política de investimentos em obras públicas, sugeridas pelo multiplicador, que compensaria a tendência ao subconsumo e à conseqüente redução da procura agregada, determinada pela propensão marginal a consumir inferior à unidade. Keynes iniciava assim seu raciocínio através da análise do multiplicador e da procura agregada, em cuja debilidade, tornada possível pela negação da lei de Say, estava a causa do desemprego.

O que acabamos de realizar é o que poderíamos chamar de um resumo genético da teoria keynesiana, cuja formulação básica provavelmente ocorreu em 1933, como se pode observar pela leitura de seu trabalho *The Means to Prosperity*, em que advoga a realização de obras públicas como uma saída para a depressão. Keynes já fizera o mesmo no relatório da Comissão McMillan, em 1931, mas agora sua argumentação era muito mais sólida.

Em 1934 Keynes viajou para os Estados Unidos, entrevistou-se com o Presidente Roosevelt, examinou de perto o grande programa de obras públicas do New Deal, então em curso, e aconselhou que o volume dessas obras fosse aumentado. Já estava pondo em prática suas teorias.

Finalmente, em 1936, sai publicada a *General Theory of Employment, Interest and Money*. Nele consubstanciava-se a revolução keynesiana, cujas linhas gerais acabamos de traçar muito rapidamente nos parágrafos anteriores. Examinemos agora um pouco mais detidamente, embora ainda em termos muito reduzidos, o conteúdo da *Teoria Geral*.

IV. A Teoria Geral de Keynes

Na *Teoria Geral*, Keynes apresenta-nos uma análise pessimista do sistema econômico capitalista. Sua teoria é uma teoria macroeconômica, que, ao contrário da teoria microeconômica anterior, não toma a produção total como um dado e o pleno emprego como

¹³ R.F.Kahn, "The Relation of Home Investment to Unemployment", em *Economic Journal*, vol. XLI, 1931, p.173.

uma decorrência inerente ao sistema, colocando como incógnitas a alocação dos fatores de produção entre as diversas possíveis aplicações, através do mecanismo dos preços, e a conseqüente remuneração dos fatores. Ao invés de uma teoria estritamente estática e otimista, como era a teoria neoclássica, Keynes nos apresenta uma teoria macroeconômica relativamente dinâmica, cujas incógnitas fundamentais são o volume da produção e o nível de emprego decorrente. Além disso, ao invés de partir da análise do comportamento individual dos agentes microeconômicos - os consumidores e os produtores, Keynes adota uma abordagem macroeconômica, partindo diretamente do estudo dos agregados econômicos básicos: a renda, o consumo, a poupança, o investimento, dentro de uma economia monetária. O comportamento de consumidores, investidores, especuladores continua a ser analisado, mas diretamente em função dos agregados econômicos acima enumerados. E a teoria monetária, que na microeconomia constituía-se em um capítulo à parte da teoria macroeconômica, é plenamente integrada à macroeconomia keynesiana. A macroeconomia clássica, que examinamos anteriormente, é uma construção dos economistas posteriores a Keynes que, lendo nas linhas e entrelinhas dos autores clássicos, chegaram àquele modelo. Na verdade, porém, todo o centro da análise econômica clássica era de base microeconômica. Keynes inaugura a abordagem macroeconômica, integrando, ao mesmo tempo, a teoria monetária.

A macroeconomia conta com (1) dados, que não variam; (2) variáveis independentes, que se dividem em funções de comportamento e decisões do governo; (3) uma variável dependente intermediária; (4) as variáveis dependentes finais; e (5) algumas identidades fundamentais.¹⁴

Dados

1. Quantidade de trabalho e capital
2. Qualidade do trabalho e capital (tecnologia)
3. Grau de concorrência
4. Gostos dos consumidores
5. Estrutura social que determina a distribuição de renda
6. Oferta agregada determinada pelo nível de emprego dado o estoque de capital

Estes dados da macroeconomia keynesiana mostram bem o seu caráter estático e de curto prazo.

Variáveis Independentes

1. Funções de comportamento

- baseadas em expectativas a respeito do comportamento dos indivíduos

1) Função consumo (e poupança)

propensão psicológica a consumir face a variações na renda

¹⁴ Ver *General Theory*, cap.18 e Alvin H.Hansen *A Guide to Keynes*, Nova York: Mcgraw Hill, 1953, cap.9.

- 2) Função investimento
expectativas psicológicas de lucro
- 3) Preferência pela liquidez
expectativas psicológicas quanto à variação da taxa de juros
- 4) Procura transacional - e acautelatória - velocidade da moeda
hábitos de pagamento da economia

2. Decisões do governo

Política econômica do governo

- 1) Quantidade de moeda oferecida
política monetária
- 2) Dispendio do governo-investimentos públicos
política fiscal
- 3) Carga tributária
política fiscal

Variável Dependente Intermediária

1. Taxa de juros
determinada pelas variáveis anteriores

Variáveis Dependentes Finais

1. Renda
2. Emprego
3. Nível de preços

Identities fundamentais

1. Renda igual a consumo mais investimento
2. Poupança igual a renda menos consumo
3. Investimento igual poupança
4. Multiplicador igual ao inverso da propensão marginal a poupar

5. Procura de moeda ou preferência pela liquidez igual a procura por motivos transacionais e acautelatórios mais a procura especulativa

Examinemos agora como se inter-relacionam estes elementos. Em termos extremamente resumidos, podemos afirmar que a macroeconomia keynesiana, exposta na *General Theory*, é uma teoria do emprego baseada na idéia de procura agregada efetiva. O nível de emprego depende da procura agregada efetiva, ou seja, da renda. Esta tem como principal componente o consumo, que depende da renda disponível (função consumo), e que tende a crescer a uma taxa menor do que a renda (propensão marginal a consumir inferior à unidade). Resulta daí uma tendência ao aumento de propensão média à poupança. O aumento da poupança deve ser compensado pela outra componente básica da procura agregada efetiva: o investimento. Este, que através do mecanismo do multiplicador, determina o nível da renda, é, na verdade, a variável fundamental do modelo keynesiano, devido ao fato de que o investimento é uma variável que pode ser manipulada com relativa facilidade, enquanto que o consumo, não.

O investimento, por sua vez, depende da relação entre a eficiência marginal do capital e da taxa de juros (função investimento). Enquanto a primeira for superior à segunda, valerá a pena investir.

A taxa de juros, no modelo keynesiano, é determinada pela oferta e pela procura de moeda (não pela oferta e procura de poupança e investimento, respectivamente, como queriam os clássicos). A oferta de dinheiro vai depender dos motivos transacionais e de precaução, que variam em função da renda, e que, dados os hábitos de pagamento da comunidade, determinam a velocidade-renda constante da moeda, e do motivo especulativo ou desejo de entesouramento.

O motivo especulativo, que é talvez a contribuição mais original e importante de Keynes à teoria econômica, torna viável o entesouramento, colocando por terra a Lei de Say e a teoria quantitativa da moeda. O motivo especulativo varia em função da taxa de juros. Uma taxa de juros elevada, que geralmente acompanha as situações de prosperidade, desestimulará os especuladores a manter (ou desejar manter) dinheiro em forma líquida. Preferirão mantê-los em títulos. No momento, porém, em que entrarmos em crise econômica, e que a taxa de juros cair, a perda (de juros não ganhos) em que incorrerá o especulador será pequena. Por outro lado, como o valor dos títulos estará elevado, poderá ser interessante vendê-los e aumentar sua liquidez, de forma que, no momento em que os títulos voltem a baixar de preços (ou seja, no momento em que a taxa de juros volte a crescer), o especulador forma fundos líquidos.

Por outro lado, a eficiência marginal do capital, que não é outra coisa senão a previsão média dos empresários em relação a seus lucros futuros, vai depender da atual taxa de lucros, e do grau de otimismo ou seja pessimismo dos empresários em relação ao desenvolvimento de procura efetiva.

Desta análise, Keynes tira as seguintes conclusões em sua *Teoria Geral*:

Os investimentos, que já vimos serem o fator essencialmente dinâmico do modelo keynesiano, não aumentam em grau suficiente para cobrir a crescente taxa de poupança, causada pela propensão marginal a consumir inferior à unidade. Há assim uma tendência permanente ao subconsumo, que é agravada pela distribuição desigual da renda, e que os investimentos não conseguem cobrir. Resulta daí a depressão crônica do sistema capitalista, e a possibilidade do emprego manter-se de forma indefinida.

Por que os investimentos seriam insuficientes se deixados ao sabor dos mecanismos do mercado? Porque as situações de crise caracterizam-se, essencialmente, por uma crise de confiança de consumidores e empresários, aqueles reduzindo suas compras de bens de consumo, estes baixando o nível de eficiência marginal do capital, ou seja, prevendo lucros futuros menores.

Por outro lado, a taxa de juros, que depende da oferta e da procura de moeda, tem um nível mínimo abaixo do qual não cai. Trata-se da chamada armadilha keynesiana da liquidez. A partir de um certo nível (baixo) da taxa de juros, a procura de moeda seria perfeitamente elástica em relação à taxa de juros. Isto significa que a curva de procura de moeda, a partir desse ponto, tornar-se-ia horizontal, paralela à abcissa onde se mede a quantidade de moeda. Em outras palavras, a partir desse ponto, dessa taxa de juros, os especuladores estariam desejosos de obter a maior quantidade possível de moeda. Nesses termos, a taxa de juros não baixaria mais. De nada adiantaria que as autoridades monetárias aumentassem a oferta de moeda.

Ora, este momento, em que a taxa de juros havia alcançado o nível mínimo da armadilha da liquidez, situação, aliás, típica das épocas de recessão, ou seja, de redução da procura efetiva, tenderia normalmente a coincidir com uma previsão de lucros futuros muito baixa, devido às perspectivas pessimistas dos investidores, em face à recessão. O resultado seria uma redução ainda maior dos investimentos, os quais poderiam permanecer nesse nível reduzido indefinidamente, já que o mecanismo automático de mercado, para correção da anomalia, ou seja, a redução da taxa de juros, não funcionaria, por já ter sido alcançado o ponto da armadilha da liquidez.

A taxa de juros mantida em nível baixo, próxima ou no ponto da armadilha da liquidez, é típica das épocas de recessão, de redução da atividade econômica, porque o valor de mercado dos títulos de renda fixa tenderiam, nesse momento, a crescer, fazendo, automaticamente, baixar a taxa de juros do mercado. E o valor dos títulos cresceria exatamente porque nessa época os investidores, cuja previsão de lucros estava diminuindo, sentir-se-iam mais seguros aplicando seu dinheiro em títulos de renda fixa (títulos do governo, por exemplo), do que em investir nas empresas. Teríamos, assim, uma situação em que a recessão seria caracterizada, concomitantemente, por uma taxa de juros baixa, e por uma previsão de lucros futuros baixa, pessimista, desestimulando-se indefinidamente os investimentos, já que a taxa de juros não poderia mais cair. E o resultado, naturalmente, seria o desemprego crônico, a procura agregada efetiva em permanente estado de recessão. Através do processo dos ciclos econômicos, haveria, sem dúvida, momentos de prosperidade, mas o estado normal de uma economia capitalista regida pelos princípios do *laissez-faire* seria o da recessão, senão o da depressão e da crise.

Para a macroeconomia keynesiana a solução clássica para o desemprego via redução dos salários nominais não é aceitável. De um lado porque, por motivos institucionais (organização sindical, etc), os salários nominais são inflexíveis para baixo. De outro lado, porque uma redução nos salários implicaria em uma redução da procura efetiva, principalmente de bens de consumo. Contra isto argumentaram seus críticos clássicos que esta redução da procura efetiva não ocorreria porque, com a baixa dos salários, cresceria o valor real do dinheiro e cairia a taxa de juros, aumentando os investimentos. Keynes, então, lembra que esta redução não seria viável se já estivéssemos, como seria provável, no ponto da armadilha da liquidez. Keynes admite apenas uma certa redução dos salários reais, provocada por uma política monetária flexível, de caráter inflacionário, que seria indicada nos momentos de crise. Através de um processo de ilusão monetária, os assalariados aceitariam até um certo ponto este tipo de

redução dos salários, e não diminuiriam correspondentemente seus gastos de consumo. Seu argumento final, contra a baixa de salários nominais, porém, é de caráter mais político do que econômico. Observa ele que, mesmo que institucionalmente fosse viável a redução dos salários, e que não estivéssemos no ponto da armadilha da liquidez, seria tolice adotar tal política tão arriscada, já que seria tão mais simples adotar uma política monetária de expansão do crédito, e principalmente uma política fiscal de aumento dos investimentos públicos e de redução dos impostos.

Na política fiscal, realmente, centralizava-se a política econômica de Keynes, já que a política monetária, tendente a fazer baixar a taxa de juros, seria ineficiente nos momentos mais agudos de crise, devido à armadilha da liquidez. Para contrabalançar a insuficiência do investimento privado, Keynes propunha a realização de grandes investimentos públicos. Estes deveriam, preferivelmente, ser úteis, produtivos. Mas nos momentos de crise, construir pirâmides ou abrir buracos para em seguida fechá-los, seria também uma solução. O objetivo seria simplesmente aumentar o emprego, seja investindo produtiva ou improdutivamente. Os investimentos improdutivos tinham inclusive a vantagem de não implicar em produção futura de bens de consumo, que teriam que ser consumidos... Além dos investimentos públicos, o governo deveria estimular os investimentos privados, reduzindo os impostos. Esta redução poderia também estimular o consumo, dependendo do tipo de imposto que fosse rebaixado. Mas o objetivo precípua da redução dos impostos seria deixar mais recursos à disposição para investimento.

Esta é, em síntese, a análise macroeconômica keynesiana. Trata-se de uma análise de curto prazo e estática. Não é tão estática quanto a microeconomia neoclássica, porque coloca a produção, o nível da renda e do emprego, como principais incógnitas. Além disso, Keynes estabeleceu uma série de pontos para uma teoria dinâmica, uma teoria do desenvolvimento econômico. A análise do acelerador dos investimentos - o processo através do qual os investimentos dependem não apenas da eficiência marginal do capital e da taxa de juros, mas também do crescimento da renda, acelerando-se nas épocas de prosperidade - talvez seja o melhor exemplo do que afirmamos.

Resta dizermos duas palavras sobre o nível de preços, o qual, ao lado da renda e do emprego, é também uma variável dependente final no sistema keynesiano. Vimos que a soma do investimento e do consumo determina a renda e o emprego. Consumo e investimento, por sua vez, vão depender de variáveis tais como a própria função consumo, a função investimento, a taxa de juros, a política do governo, que, assim, determinam a procura agregada. Entretanto, se a procura agregada resultar (nas épocas de prosperidade) ser tão grande, que supere a oferta agregada, ou, em outras palavras, se consumidores e investidores desejarem consumir e investir mais do que a capacidade de produção do país, teremos uma disputa pelos bens e serviços produzidos, a procura agregada superará a oferta agregada, e teremos uma elevação do nível de preços, ou seja, uma inflação de procura.

Depois da Teoria Geral

Ficam assim traçadas as linhas fundamentais da macroeconomia keynesiana. Para seu real conhecimento seria necessária uma exposição muito mais extensa, com o recurso de gráficos e de um sistema de equações. Nossa finalidade atual, porém, é apenas a de darmos uma idéia introdutória do sentido geral da revolução keynesiana. Nestes termos, este resumo parece-nos, no momento, suficiente.

A *Teoria Geral* obteve imediatamente uma enorme repercussão. Foi alvo de grandes elogios, em torno das idéias nela expostas constituiu-se imediatamente uma escola de brilhantes economistas, novas perspectivas de desenvolvimento se abriram para a ciência econômica, esta recuperou o contato com a realidade e voltou a ser operacional. Aquelas que não se tornaram estritamente keynesianas foram profundamente influenciadas por Keynes. Especialmente em relação às novas gerações de economistas, todos sofreram a influência de suas idéias. Mesmo os economistas marxistas obtiveram no pensamento de Keynes parte de inspiração e de crítica.

Assim que saiu, porém, a *General Theory* foi também alvo de críticas, algumas tentando minimizar o caráter original de sua contribuição, outras procurando negar a correção de sua análise. Muitos dos discípulos de Marshall, que pretendiam que toda ciência econômica estava, de uma forma ou de outra, contida nos *Principles*, não se conformaram com a crítica, às vezes feroz, de Keynes.

Nestes termos, Keynes passou a maior parte do seu tempo, desde a publicação da *General Theory* até o início da Segunda Guerra Mundial, ocupado em defender-se de seus críticos e em explicar o verdadeiro sentido de sua teoria. Porque é preciso salientar que a *Teoria Geral* estava longe de ser um livro de leitura fácil. Além disso, Keynes continuava com febril atividade de economista, jornalista, financista e mecenas das artes. Em 1937, porém, Keynes sofre um primeiro ataque do coração e é obrigado a diminuir o ritmo de sua atividade.

Isto não o impede, porém, de publicar um novo livro, *How to Pay the War* (1940), em que examina o problema do financiamento da guerra que se iniciava. Propunha um sistema de empréstimo compulsório, a ser pago após a guerra. Era uma idéia ousada, nova, ao estilo de Keynes, e não foi aplicada. Em 1940 Keynes voltara a trabalhar no Tesouro. Em 1942 tornou-se diretor do Banco da Inglaterra. Nesse mesmo ano foi elevado à nobreza. Tornou-se Lord Keynes, barão de Tilton. Era então o mais respeitado economista britânico. Embora suas idéias nem sempre fossem postas em execução, por serem excessivamente revolucionárias, nem por isso deixaram de ser ouvidas.

Este fato ficou patente na última grande intervenção de Keynes, antes de sua morte, na Inglaterra, em 1946, motivada por mais um ataque do coração. Aproximava-se o fim da guerra e era preciso organizar as finanças internacionais para o após guerra. Realizou-se então, nos Estados Unidos, a Conferência de Bretton Woods, destinada a organizar as finanças internacionais para o após-guerra que se avizinhava. Keynes, como representante do Reino Unido, foi a principal figura da reunião. Apresentou um projeto revolucionário para resolver o problema do financiamento do comércio internacional. O ouro e as moedas-reservas nacionais (o dólar e a libra) seriam substituídos por uma moeda internacional, o Bancor, criada por um Banco Central Mundial, que o plano Keynes previa. A criação dessa moeda internacional implicaria em um extraordinário aumento das reservas financeiras internacionais e em uma grande flexibilidade no sistema financeiro internacional. Com isto Keynes pretendia que os países que se encontrassem em recessão econômica e déficit de seu balanço de pagamentos não fossem obrigados a adotar qualquer uma das três medidas tradicionais: desvalorização da moeda, deflação interna, ou restrições às imputações. Qualquer uma dessas três medidas teria sempre efeitos negativos, e poderiam ser evitadas através de um sistema de financiamento internacional amplo e flexível.

O plano de Keynes era excessivamente inovador. A alternativa norte-americana, consubstanciada no Fundo Monetário Internacional, foi afinal adotada, fazendo-se apenas algumas concessões ao Plano Keynes.

Os Estados Unidos era naquela época, e por um período de três décadas já vinha sendo, um país sem problemas com seu balanço de pagamentos. Dessa forma, preferiram um plano mais conservador, ainda baseado no ouro e nas moedas-reservas. Certamente não previam as dificuldades que o déficit constante de seu balanço de pagamentos, a partir dos anos cinquenta, iria lhes trazer. De qualquer forma, porém, o plano apresentado por Keynes não foi aceito. Permanece, todavia, como um marco da visão, sempre voltado para a realidade do mundo, e nela procurando intervir.

Sua obra fundamental, porém - aquela que inscreveu o nome de Keynes na história do pensamento econômico, não como mais um economista que trouxe contribuições significativas para a análise econômica, mas como o economista mais importante da primeira metade do século XX, que abriu novas perspectivas para a ciência econômica - foi a *Teoria Geral*. Já vimos que esta obra, embora fruto do pensamento de um economista educado na mais pura tradição neoclássica, marshalliana, e dela aurindo muitos de seus conceitos fundamentais, constitui-se em uma revolução - uma revolução que, sem destruir toda a análise econômica pré-existente, renovou-a, abriu-lhe novas perspectivas, recolocou-a em contato com o mundo.

V. Os precursores da Teoria Geral

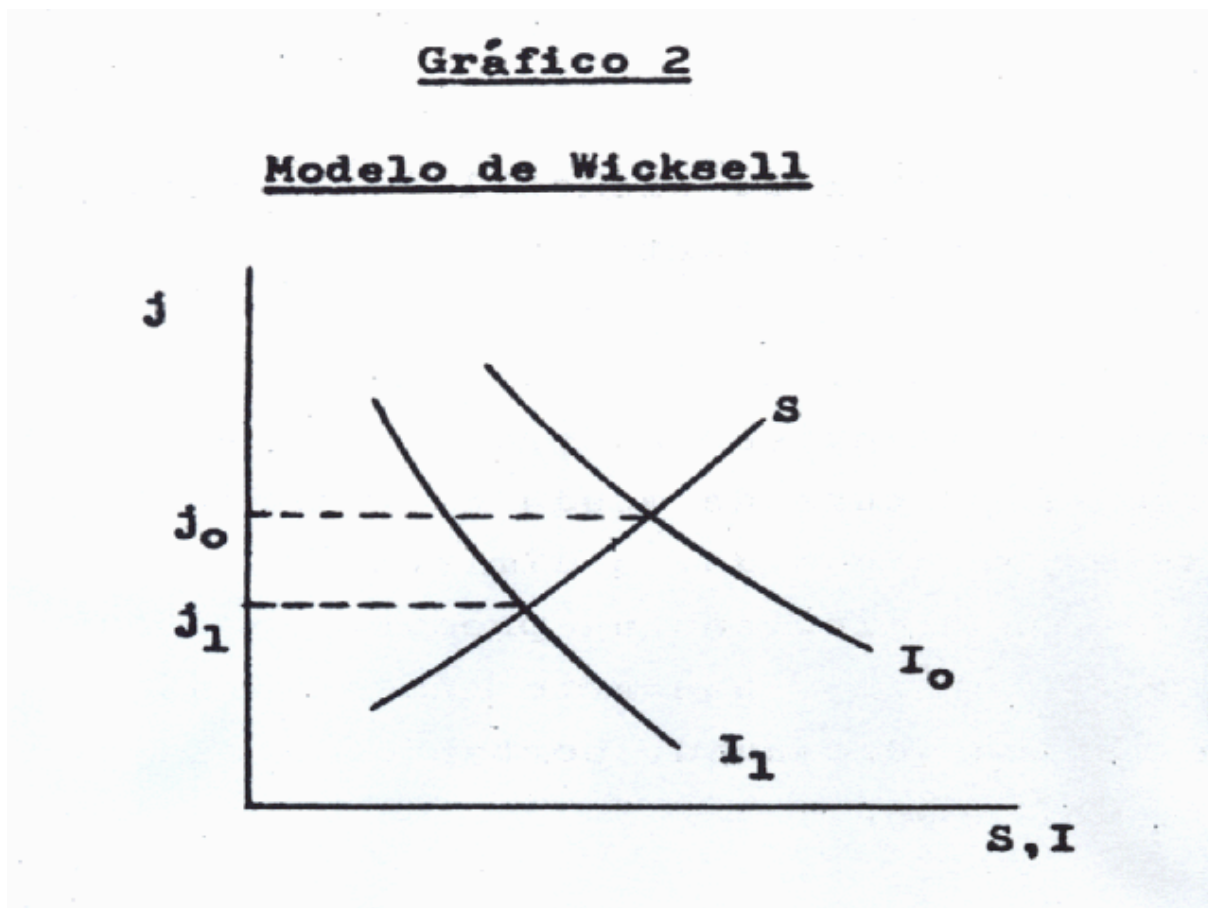
Pergunta-se agora: teria todo o modelo keynesiano surgido como algo estritamente novo, ou já existiam dentro da tradição clássica, ainda que esparsas, muitas das idéias de Keynes? Esta pergunta não tem uma resposta tão simples quanto seria desejável. Felizmente, porém, não é uma questão tão importante, que mereça, neste contexto, um tratamento exaustivo. As discussões sobre autoria, paternidade, são, em geral, menores. O importante é o resultado obtido.

Como é óbvio, Keynes também teve seus precursores. E alguns deles - especialmente Malthus - foram por ele reconhecidos. É preciso, todavia, deixar desde logo claro o seguinte. A obra de Keynes não teve o caráter de síntese, como a de Stuart Mill para a Economia clássica, e a de Alfred Marshall para a Economia neoclássica. Keynes foi antes de tudo um pensador original e inovador. Algumas das idéias por ele defendidas já haviam sido expostas anteriormente. Mas vista como um todo, a obra de Keynes constituiu-se em uma completa inovação no campo da Economia. A inovação de Keynes foi realizada conjunta e independentemente da inovação de Kalecki. Nesses termos não cabe considerar um precursor do outro ou vice-versa.

Os economistas suecos

Além da já mencionada contribuição de Kahn, como desenvolvimento que deu à teoria do multiplicador dos investimentos, a teoria econômica que mais diretamente precedeu a *Teoria Geral* foi elaborada pelo economista sueco Knut Wicksell (cuja obra mais importante é *Lectures on Political Economy* (1892), e pela escola de economistas suecos que o sucederam, entre os quais Gunnar Myrdal, Bertil Ohlin e E.Lindahl foram os que mais se destacaram. Wicksell desenvolveu uma teoria dos preços com base nas discrepâncias entre a taxa natural de juros e a taxa de juros do mercado, que implicou em uma reformulação e sofisticação da teoria quantitativa da moeda, e serviu de inspiração para a maioria dos economistas clássicos contemporâneos de Keynes. A taxa “natural” de juros é aquela que equilibra a oferta de

poupança com a procura de investimentos. Essa taxa é igual ao lucro marginal, já que as empresas investirão até o ponto em que a taxa de lucros (que vai se reduzindo à medida que aumenta o investimento, no curto prazo) se iguale à taxa de juros. A taxa de juros de mercado, por sua vez, é a taxa média de juros cobrada pelos bancos. Estamos, inicialmente, em situação de equilíbrio. Imaginemos agora que, por um motivo qualquer, as expectativas de lucro dos empresários são reduzidas, deslocando-se, assim, para a esquerda (para menos) a curva de procura de investimentos. O resultado é uma queda na taxa natural de juros, já que a oferta de poupança continua a mesma, enquanto que a procura de investimentos diminuiu.



Modelo de Wicksell

O gráfico 2 mostra o modelo de Wicksell. S é a oferta de poupança. I₀ é a procura de investimento inicial e j_0 é a taxa natural de juros inicial. I₁ é a procura de investimentos reduzida e j_1 a nova taxa natural de juros.

Suponhamos, porém, que os bancos não se apercebam deste rebaixamento da taxa natural de juros, e mantenham a taxa de juros do mercado ao nível da taxa natural de juros inicial, j_0 . Teremos então uma situação de desequilíbrio, que tenderá a permanecer indefinidamente. Em vista da taxa de juros artificialmente elevada, a procura de investimentos, manter-se-á baixa, - em um nível inferior ao de equilíbrio, em que antes se encontrava. Por outro lado, como não houve modificação na taxa de juros de mercado, a poupança continua a mesma e o consumo o mesmo (se a taxa de juros de mercado houvesse acompanhado a taxa natural, caindo, a poupança diminuiria e o consumo aumentaria, restabelecendo-se o equilíbrio). Temos, assim, uma situação de desequilíbrio, com a procura agregada (investimento mais consumo) inferior à oferta agregada. A solução para o problema é a deflação, a queda dos preços. Caem todos os

preços inclusive os salários, e assim mantêm-se o pleno emprego. Os preços, porém, só pararão de cair quando a taxa natural de juros igualar-se novamente à taxa de mercado. O problema inverso, de inflação, com a taxa de juros de mercado inferior à taxa natural de juros, também poderá ocorrer.

Esta teoria de Wicksell implica em uma nova forma mais sofisticada de expor a teoria quantitativa da moeda. Esta continua válida, mas o aumento ou a diminuição dos preços são vistos, não simplesmente como causados por um aumento ou diminuição da quantidade de moeda, mas como motivados por um aumento ou diminuição na procura agregada, que implica em um aumento ou diminuição na procura de moeda e, portanto, na quantidade de moeda. No nosso exemplo acima apresentado, a diminuição na procura agregada implicou, naturalmente, em uma diminuição na procura de dinheiro. Os investidores passaram a usar menos crédito bancário. Aumentaram as reservas bancárias, diminuíram os depósitos. Diminuiu, portanto, a quantidade de moeda, e tivemos uma situação de deflação.

Vemos que esta teoria não só implica em um grande avanço em relação à teoria quantitativa da moeda que expusemos anteriormente, como também nos leva, de um lado, a uma teoria até certo ponto monetária dos juros (a teoria keynesiana dos juros é essencialmente monetária), e de outro lado, integrando à teoria quantitativa da moeda os conceitos de investimento e poupança, abre campo para o desenvolvimento de uma verdadeira teoria da procura agregada efetiva. Os discípulos de Wicksell citados realizaram esforços nesse sentido. Por isso, sua obra pode ser considerada a que mais diretamente antecedeu a *Teoria Geral*. Keynes certamente foi influenciado por Wicksell. A teoria dos juros que apresentou em seu trabalho *Tratado sobre a Moeda*, por exemplo, é muito semelhante à de Wicksell. Mas nem Wicksell nem seus discípulos chegaram a formular uma teoria macroeconômica como fez Keynes.

Os precursores do subconsumo

Além de Kahn e dos economistas suecos, os dois mais importantes precursores de Keynes foram Malthus e Hobson. Ambos precederam Keynes na análise do subconsumo. Vimos que este é um ponto central da teoria keynesiana. As crises econômicas, o desemprego, são causadas pelo subconsumo, pelo excesso de poupanças, que não têm sua contrapartida em investimentos. Para os economistas clássicos em geral, a poupança, que permitia a realização dos investimentos cada vez maiores (sendo o investimento a mola do progresso econômico) era considerada um bem, uma virtude. Esta teoria era, inclusive, uma das bases da justificação teórica do sistema capitalista, com suas profundas desigualdades de renda. Estas desigualdades eram justificadas em nome da poupança. Só os ricos, os capitalistas, tinham condições de praticar a virtude da poupança. Era importante, portanto, que se conservasse uma classe de capitalistas, para que a poupança e o desenvolvimento econômico pudessem ser mantidos.

Keynes destruiu essa crença. Com sua teoria, a poupança deixou de ser mera virtude, na medida em que ela era, via de regra, excessiva, não sendo adequadamente contrabalançada por investimentos. É claro que, se houvesse procura de investimentos suficiente, quanto maior a poupança, melhor. Mas como as oportunidades de investimentos não apresentavam qualquer tendência regular a crescer, enquanto que a propensão marginal a consumir inferior à vaidade fazia com que a poupança crescesse sempre, o intervalo entre a renda e o consumo crescia sempre, sem que os investimentos fossem capazes de contrabalançá-los (dado o entesouramento e a armadilha da liquidez). O subconsumo tornava-se, assim, um problema

central da teoria econômica. Keynes chegou, inclusive, a formular o chamado paradoxo da poupança, através do qual se demonstra que, se os consumidores decidirem poupar mais, sem que haja uma contrapartida da parte dos investimentos, o resultado paradoxal será que acabarão poupando menos e não mais. Isto acontece porque, aumentando sua poupança desejada, os consumidores diminuirão uma parte da procura agregada, o consumo, sem que em contrapartida haja um aumento do investimento (a não ser temporariamente, com o aumento de estoques invendáveis, que são considerados investimentos). Com a diminuição da procura agregada, porém, para que a economia volte ao equilíbrio, será necessário que a renda caia e a poupança, então, igualar-se-á ao investimento em um nível mais baixo (porque, é preciso não esquecer, depois de ocorrido o processo econômico, *ex post*, a poupança é sempre igual ao investimento). Nesses termos, começou-se pretendendo aumentar a poupança, e, paradoxalmente, acabou-se por reduzi-la, com a decorrente redução da renda.

Esta análise, embora de forma parcial, teve seus principais precursores em Malthus e Hobson.

Malthus, já em 1820, quando Say e Ricardo davam a lei de mercados por perfeita e indiscutível, pretendia que nem toda a poupança transformava-se necessariamente em investimento. Da mesma forma que Keynes, Malthus via que a teoria econômica vigente não encontrava correspondência na realidade. Após as guerras napoleônicas, Inglaterra entrara em um profundo e prolongado estado de depressão, que não se coadunava com as teorias otimistas baseadas na lei de Say. Nada indicava que a oferta criava sua própria procura. O consumo e a poupança, por sua vez, não pareciam tão sensíveis à taxa de juros como pretendiam seus colegas economistas. Negou, por isso, que a taxa de juros equilibrasse automaticamente poupança e investimento. Em lugar dessa teoria iniciou o desenvolvimento de uma teoria alternativa, baseada no conceito de procura agregada efetiva, da qual dependeria o consumo e a poupança. O consumo seria função da procura agregada. Uma redução do consumo seria resultado de uma redução da procura agregada, e implicaria em diminuição de renda. A poupança, que não era necessariamente contrabalançada pelo investimento, deixava de ser uma virtude intrínseca. Ao contrário, podia ser a principal causa de depressões.

Entre as medidas que Malthus recomendava para estimular o consumo, salienta-se uma distribuição mais equitativa da renda. E esta foi a tese central de John Hobson (1858-1946), um economista não-ortodoxo, que jamais foi aceito por seus contemporâneos como um economista respeitável. Sua oposição à economia marshalliana, a qual nem sempre dominava perfeitamente, valeu-lhe a reprovação geral. Era um herético e chegou mesmo a glosar este fato em um livro escrito um pouco antes de sua morte. Não obstante, talvez imediatamente por não estar amarrado aos rígidos esquemas marshallianos, pôde usar com mais liberdade sua poderosa imaginação. Tornou-se, assim, famoso com sua tese sobre o imperialismo, na qual se baseou em Lenin para desenvolver sua própria teoria. Relacionada com sua tese sobre o imperialismo é sua teoria sobre o subconsumo, que lhe valeu o título, ao lado de Malthus, de o principal precursor de Keynes neste setor. Afirmava Hobson que o problema central do sistema capitalista era a desigual distribuição da renda. Este fato fazia com que os ricos, que recebiam a maior parte da renda, poupassem excessivamente. O grande consumo percentual (propensão média a consumir) dos pobres, em relação à sua renda, não era suficiente para contrabalançar as elevadas poupanças dos ricos, de forma que a economia estava constantemente ameaçada de depressão. Na medida em que os capitalistas, que poupavam, investiam suas poupanças para em seguida produzir mais bens de consumo, agravava-se a crise. A produção excedia a capacidade de consumo. A solução encontrada para este problema

era o imperialismo, através do qual as poupanças excedentes dos capitalistas eram investidas no exterior e não implicavam em aumento da oferta de bens no mercado interno. Em face a essas idéias, cuja validade não cabe agora discutir, não é difícil imaginar porque Hobson foi considerado um herético. É indiscutível, porém, que sob muitos aspectos sua análise era correta, tendo aberto novas perspectivas para análise econômica.

Outros economistas poderiam ser citados como precursores de Keynes. Neste contexto, porém, parece-nos que os já mencionados nos dão uma idéia do trabalho intelectual existente antes de surgir a *Teoria Geral*. Um autor, talvez, ainda devesse ser citado - Marx. Isto porque, antes de Keynes, e com muito mais amplitude do que a do grande economista inglês, foi Marx autor de uma crítica geral da teoria econômica ortodoxa. E antecipou a Keynes tanto por sua visão da economia em termos agregados, macroeconômicos, como por sua teoria do que hoje poderíamos chamar de procura agregada efetiva. Entretanto, não nos parece adequado considerar Marx um precursor de Keynes. Este jamais compreendeu o significado da contribuição de Marx, cuja obra provavelmente nunca estudou a fundo.¹⁵ Além disso, Keynes era apenas um economista, enquanto que Marx foi muito mais do que isto: foi um economista, um sociólogo e um filósofo. E como já observamos, enquanto Keynes pretendia apenas aperfeiçoar o sistema capitalista, Marx pretendia destruí-lo. Melhor do que estudar Marx como um precursor de Keynes seria comparar as contribuições dos dois pensadores, verificar no que conflitam e no que se completam.

VI. Conclusão e resumo

Concluimos assim esta rápida análise introdutória da macroeconomia keynesiana. Fizemos uma exposição extremamente resumida da teoria keynesiana. Desenvolvemos, por exemplo, com muito mais detalhe (embora ainda resumidamente) a macroeconomia clássica. Uma introdução à macroeconomia keynesiana importa necessariamente em um estudo mais cuidadoso da *Teoria Geral*.

Nosso objetivo foi preparar o estudante para esta fascinante incursão na teoria keynesiana. Adotemos, para isto, um método histórico, procurando situar no tempo a contribuição de Keynes. Estudamos inicialmente, sempre sob um ponto de vista histórico, a classificação das principais áreas de estudo da ciência econômica. Damos especial ênfase à distinção entre micro e macroeconomia. Mostramos, muito rapidamente, como a teoria econômica concentrou-se inicialmente na análise microeconômica, cristalizando-se afinal na análise marshalliana neoclássica. Vimos, em seguida, que não obstante o enfoque macroeconômico da análise clássica e neoclássica (que, seguindo a linha de Keynes, depois passamos a chamar simplesmente de análise clássica), podemos discernir na mesma linha uma análise macroeconômica. Estudamos então as principais características do modelo macroeconômico clássico, baseado na lei de Say e na teoria quantitativa da moeda.

Esta análise era essencialmente otimista e alienada da realidade, à qual não correspondia. Em seu contexto, o desemprego era um acidente. Contra ela surgiu a crítica de Keynes. Examinamos então as linhas gerais da evolução do pensamento de Keynes, até o surgimento

¹⁵ Keynes, por exemplo, referiu-se, com grande especificidade, a *O Capital*, como renda “um livro de texto de economia antiquada... não só errôneo cientificamente, mas também sem interesse ou aplicação no mundo moderno”. CF. *Essays in Persuasion*, p.300. Citado por Lawrence Klein, op.cit., p.160.

de sua *Teoria Geral*, em 1936. Com este livro, tem lugar a chamada “revolução keynesiana”, que coloca a análise econômica de novo em contato com a realidade. Estudamos rapidamente o conteúdo básico da contribuição keynesiana. Apresentamos as variáveis fundamentais do modelo e verificamos como estas variáveis se interrelacionam, de forma a determinar a renda, o emprego e o nível de preços. Demonstramos então como, dentro do sistema keynesiano, o equilíbrio é compatível com uma situação crônica de desemprego, e resumimos a política econômica proposta por Keynes para corrigir as situações de depressão. Finalmente, fizemos uma rápida revista da contribuição dos precursores de Keynes.

Com este tipo de abordagem, em que a análise econômica emerge do processo histórico em que ela está inserida, esperamos ter conseguido definir as linhas gerais do pensamento do economista que revolucionou a teoria econômica, abrindo-lhe novas perspectivas.

É preciso, todavia, não superestimar a contribuição de Keynes. Foi ele, certamente, o economista mais importante da primeira metade do século XX. Com sua obra a ciência econômica recebeu um enorme impulso, não só devido à sua própria contribuição, mas também a todas as análises e pesquisas econômicas que foram diretamente ou indiretamente inspiradas por suas idéias. Por exemplo: a linha mais importante de evolução da teoria econômica atual - a teoria do desenvolvimento econômico - está em grande parte baseada na análise de Keynes.

Tudo isto é certo, mas, no início deste trabalho salientamos o caráter historicamente condicionado da ciência econômica. Keynes não escapou à regra geral. Foi um economista inglês, do início do século XX, que sempre e sem rebuços colocou seu pensamento a serviço de seu país e do sistema capitalista nele vigente. Sua teoria econômica, sem dúvida uma formulação genial, destina-se aos países capitalistas desenvolvidos. Dificilmente se aplica a um país subdesenvolvido, onde o comportamento do tipo do *homo economicus* não prevalece, onde o mercado não é integrado, onde o sistema financeiro é incipiente¹⁶. Além disso, embora fosse Keynes um homem culto e participante, faltava-lhe, como, aliás, a quase todos os grandes economistas, uma visão histórica e sociológica do processo econômico. Não se preocupou Keynes em situar o sistema capitalista, cujo funcionamento econômico analisou, dentro de uma perspectiva histórica. Não se interessou também em examinar as condicionantes sociais e tecnológicas que agem sobre o comportamento econômico dos indivíduos.

Estas restrições, que aqui apenas esboçamos, se é verdade que limitam até um certo ponto a contribuição de Keynes, não pretendem em absoluto negar seu imenso significado para a evolução do pensamento econômico. Simplesmente salientam que a economia, na medida em que é uma ciência social, envolve indiretamente uma multidão de aspectos não estritamente econômicos, muitos dos quais escaparam a Keynes. Enquanto apenas economista, porém, sua obra é ao mesmo tempo viva e atual e já se transformou em um marco decisivo na história do pensamento econômico.

São Paulo, abril de 1968, revisado em maio de 1976.

¹⁶ Sobre o assunto, ver, do autor, “Teoria Econômica e Países Subdesenvolvidos”, em *Revista de Administração de Empresas*, no.24.

Apêndice: Abreviaturas usadas

M =	quantidade nominal de moeda
M =	quantidade real de moeda = $\frac{M}{p}$
p =	índice de preços
p' =	preço médio das transações
P =	preço médio das unidades produzidas
Y =	renda real, produto nacional líquido real
Y _p =	renda nominal, produto nacional líquido nominal
O =	produto físico total
V =	velocidade de transações da moeda
V =	velocidade-renda da moeda
K =	inverso de V = $\frac{1}{V}$
N =	emprego
N _d =	procura de emprego
N _s =	oferta de emprego
W =	salário nominal
$\frac{W}{p}$ =	salário real
j =	taxa de juros
S =	poupança
I =	investimento
C =	consumo